

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**

**MARCOS PATRICK FAVERO DE SOUZA**

**A REFERENCIAÇÃO NOS EVANGELHOS SINÓTICOS: A CONSTRUÇÃO  
DO OBJETO DE DISCURSO *JESUS CRISTO*.**

São Paulo – SP  
2020

**MARCOS PATRICK FAVERO DE SOUZA**

**A REFERENCIAÇÃO NOS EVANGELHOS SINÓTICOS: A CONSTRUÇÃO  
DO OBJETO DE DISCURSO *JESUS CRISTO*.**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Letras *Stricto Sensu* da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena de Moura Neves

São Paulo – SP  
2020

S729r Souza, Marcos Patrick Favero de.  
A referencialização nos Evangelhos sinóticos : a construção do  
objeto de discurso Jesus Cristo / Marcos Patrick Favero de Souza.  
72 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana  
Mackenzie, São Paulo, 2020.

Orientadora: Maria Helena de Moura Neves.

Referências bibliográficas: f. 70-72.

1. Funcionalismo linguístico. 2. Linguística textual. 3. Discurso.  
4. Evangelho sinótico. I. Neves, Maria Helena de Moura,  
*orientadora*. II. Título.

CDD 401.41

Bibliotecária Responsável: Eliana Barboza de Oliveira Silva - CRB 8/8925

## Folha de Identificação da Agência de Financiamento

**Autor:** Marcos Patrick Favero de Souza

**Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Letras**

**Título do Trabalho:** A REFERENCIAÇÃO NOS EVANGELHOS SINÓTICOS: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE DISCURSO JESUS CRISTO.

O presente trabalho foi realizado com o apoio de<sup>1</sup>:

- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- Instituto Presbiteriano Mackenzie/ Isenção integral de Mensalidades e Taxas
- MACKPESQUISA – Fundo Mackenzie de Pesquisa
- Empresa/Indústria:
- Outro:

<sup>1</sup> **Observação:** caso tenha usufruído de mais de um apoio ou benefício, selecione-os.


MARCOS PATRICK FAVERO DE SOUZA

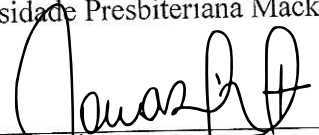
**A REFERENCIAÇÃO NOS EVANGELHOS SINÓTICOS: A CONSTRUÇÃO  
DO OBJETO DE DISCURSO *JESUS CRISTO*.**

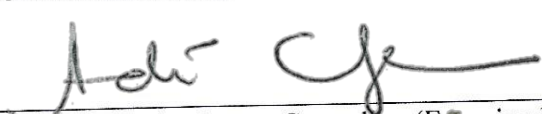
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Letras.

Aprovada em 18 de 06 de 2020.

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Maria Helena de Moura Neves (Orientadora)  
Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jonas Moreira Madureira (Examinador interno)  
Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. André Vinícius Lopes Coneglian (Examinador externo)  
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

*À minha família,  
que é a expressão concreta  
e mais sublime do verbo amar.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, à professora Maria Helena de Moura Neves, pela orientação, pela generosidade, pelo suporte e pelo encorajamento em todas as etapas deste trabalho.

Agradeço aos professores do Programa de Pós Graduação em Letras, PPGL, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que compartilharam comigo horizontes e fronteiras do universo dos estudos linguísticos.

Agradeço aos professores da banca de qualificação e defesa, que ampliaram ainda mais as possibilidades de pesquisa, resultando nesta dissertação de mestrado.

Agradeço aos amigos, em especial, Daniel Sellis, que dividem comigo as alegrias e tristezas da existência humana. Vocês são parte da minha vida.

Agradeço aos meus pais, Jairo e Sônia, que me educaram superando limites e me estimularam aos estudos continuamente.

Agradeço aos meus familiares, irmãos e irmãs, que me acompanharam, incentivaram e torceram para o sucesso da minha vida acadêmica.

Agradeço à comunidade de fé e aos aprendizes com os quais constantemente compartilho o conhecimento.

Agradeço à Igreja Presbiterana do Brasil e ao Instituto Presbiteriano Mackenzie, que me concedeu a bolsa de estudo para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço às minhas filhas, Marcela e Rafaela, que me inseriram com profundidade na esfera do amor sem limites.

Agradeço à Esther, minha amada esposa, que além de auxiliadora é também a força motriz para que eu me torne a cada dia um homem à imagem e semelhança de Deus.

Finalmente, agradeço a Deus, que por meio do Verbo significou o sentido pelo qual existo.

*Não me envergonho do evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê: primeiro do judeu, depois do grego.*

Romanos 1:16



**Resumo:** A partir da visão funcionalista da linguagem, em interface com os aparatos teóricos desenvolvidos pela linguística textual, mais precisamente as concepções sobre referencialização como um processo discursivo, esta dissertação tem por objetivo geral analisar as narrativas das genealogias nos Evangelhos sinóticos, Mateus e Lucas, a partir da tradução bíblica Nova Versão Internacional, buscando verificar como o personagem Jesus, figura central no Evangelho, é constituído discursivamente na montagem da rede referencial. Em uma perspectiva mais restrita, o escopo desta dissertação consiste em analisar a cadeia referencial relativa ao objeto discursivo “Jesus Cristo” construída na textualidade das narrativas bíblicas dos Evangelhos sinóticos, buscando verificar as seguintes questões: a introdução e a manutenção do referente Jesus; o uso referencial dos nomes próprios; a progressão referencial; as estratégias de referencialização na construção e reconstrução do objeto de discurso Jesus Cristo. O estudo revela que o Evangelho se mostra como uma trama discursiva de texto antigo, com processos de textualização complexos, caracterizando-se, ainda, por veicular uma perspectiva cristológica na interação com o ouvinte.

**Palavras chave:** Funcionalismo Linguístico; Linguística Textual, Protótipo de Sequência Textual, Discurso, Evangelho Sinótico.

**Resumen:** A partir de la visión funcionalista del lenguaje, en interface con los aparatos teóricos desarrollados por la lingüística textual, más precisamente las concepciones sobre referenciación como un proceso discursivo, esta disertación tiene como reto general analizar las narrativas de las genealogías en los evangelios sinópticos, Mateo y Lucas, a partir de la traducción bíblica Nueva Versión Internacional, buscando verificar como el personaje Jesús, figura central en el Evangelio, es constituido discursivamente en el montaje de la red referencial. En una perspectiva más restricta, el modelo de esta disertación consiste en analizar la cadena referencial relativa al objeto discursivo “Jesucristo” construida en la textualidad de las narrativas bíblicas de los Evangelios buscando verificar las siguientes cuestiones: la introducción y el mantenimiento del referente Jesús; el uso referencial de los nombres propios; la progresión referencial; las estrategias de referenciación en la construcción y reconstrucción del objeto del discurso Jesucristo. El estudio revela que el Evangelio se muestra como una trama discursiva de texto antiguo, con procesos de textualización complejos, caracterizándose, incluso, por vehicular una perspectiva cristológica en la interacción con el oyente.

**Palabras clave:** Funcionalismo; Lingüística Textual, Prototipo de Secuencia Textual, Género Textual, Evangelio.

# LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 2.1.</b> Tipos e gêneros textuais.....	31
<b>Quadro 3.1.</b> Sequência narrativa.....	34
<b>Quadro 3.2.</b> Esquema de S. E. Toulmin.....	40
<b>Quadro 3.3.</b> Sequência argumentativa.....	41
<b>Quadro 3.4.</b> Sequência explicativa prototípica.....	44
<b>Quadro 4.1.</b> Teoria das fontes.....	53
<b>Quadro 4.2.</b> Narrativas nos sinóticos com perspectivas diferentes.....	53-54
<b>Quadro 5.1.</b> Descrição genealógica de Lucas.....	67

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>PARTE I - BASE TEÓRICA</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	16
1.1 O FUNCIONALISMO COMO SUPORTE DE ANÁLISE .....	16
1.2 A GRAMÁTICA FUNCIONAL NO TEXTO .....	18
1.3 REFERENCIAÇÃO: A CRIAÇÃO DA REDE REFERENCIAL NO TEXTO.....	19
1.4 REFERENCIAÇÃO: UM PROCESSO DISCURSIVO .....	20
<b>PARTE II - AS ENTIDADES DE ANÁLISE</b> .....	23
<b>CAPÍTULO 2 - OS GÊNEROS E O PROCESSAMENTO TEXTUAL</b> .....	24
2.1 A DELIMITAÇÃO DO GÊNERO EVANGELHO SINÓTICO .....	24
2.2 A NOÇÃO DE GÊNERO.....	29
<b>CAPÍTULO 3 - O PROTÓTIPO DAS SEQUÊNCIAS TEXTUAIS NA COMPOSIÇÃO DA BÍBLIA</b> .....	33
3.1 O PROTÓTIPO DA SEQUÊNCIA NARRATIVA .....	34
3.2 O PROTÓTIPO DA SEQUÊNCIA DESCRITIVA.....	36
3.3 O PROTÓTIPO DA SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA .....	39
3.4 O PROTÓTIPO DA SEQUÊNCIA EXPLICATIVA .....	43
3.5 O PROTÓTIPO DA SEQUÊNCIA DIALOGAL.....	46
<b>CAPÍTULO 4 - MATERIAL DE ANÁLISE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	49
4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA LINGUÍSTICA .....	49
4.2 A DELIMITAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO: O MATERIAL DE PESQUISA.....	50
4.3 O PROBLEMA SINÓTICO .....	52
<b>PARTE III - AS ANÁLISES</b> .....	56
<b>CAPÍTULO 5 - O PROCESSAMENTO TEXTUAL DISCURSIVO NOS EVANGELHOS SINÓTICOS</b> .....	57
5.1 PROCESSOS REFERENCIAIS NO EVANGELHO DE MATEUS .....	57
5.2 PROCESSOS REFERENCIAIS NO EVANGELHO DE LUCAS .....	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	68
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	70

## INTRODUÇÃO

Com base na perspectiva funcionalista considera-se que, no processo da língua em uso, a interação entre sujeitos os leva a elaborar enunciados que já se articulam marcados por intencionalidades e propósitos específicos. A partir da relação discursiva a que eles servem, que envolve tanto interação quanto intenção, os objetos do discurso são inseridos no texto criando uma rede referencial que vem a serviço da sua textualidade.

Desse modo, para além das predicções e seus argumentos – processo em que o enunciador, ao usar um termo, proporciona ao ouvinte encontrar referentes recuperáveis ao longo da textualidade – o enunciador constitui, com a formulação textual, um percurso discursivo que faz progressão, inserção, manutenção e recuperação de referentes, compondo, então, o fluxo da informação. É satisfazendo a organização desses componentes que um texto será coeso e coerente, na constituição de seus articuladores textuais interligados de modo concatenado.

Os mecanismos teóricos e analíticos da visão funcionalista da linguagem, bem como os aparatos teóricos desenvolvidos pela linguística textual, mais precisamente as concepções sobre referenciação, proporcionam subsídios para observação do texto como uma atividade discursiva, conforme afirma Marcuschi, (1998). Essa discursividade não se limita à materialidade do mundo real, ela considera as representações construídas no mundo discursivo, pois a comunicação se refere a estados, eventos e indivíduos que se arranjam no discurso independentemente da existência, ou não, das coisas desse mundo no mundo real (NEVES, 2013).

A partir desse fio condutor, esta dissertação propõe-se analisar as narrativas bíblicas dos Evangelhos<sup>1</sup> sinóticos, ou seja, Mateus, Marcos e Lucas, a partir da tradução bíblica Nova Versão Internacional<sup>2</sup>, buscando verificar como o personagem Jesus, figura central no Evangelho, é constituído discursivamente na montagem da rede referencial. Embora seja registrado no cânon bíblico que Jesus Cristo “é o mesmo ontem, hoje e sempre”<sup>3</sup>, é possível conjecturar que, para os autores dos Evangelhos, há perspectivas diferentes e conflitantes sobre a pessoa de Jesus Cristo, pois, desde os grandes debates cristológicos da era patrística até a

---

<sup>1</sup> Pesquisadores como Talbert (1988), Leonel (2013), propõem a biografia greco-romana como modelo para os evangelhos canônicos. Todavia, neste trabalho, consideramos a proposta de que os Evangelhos são um gênero criado pelos cristãos do primeiro século. Essa questão é discutida em 2.4 “Delimitação do Gênero Evangelho”.

<sup>2</sup> A escolha desta tradução se justifica pelo fato de que trata-se de um trabalho bem avaliada pelos exegetas do texto bíblico e, porque é uma versão contemporânea.

<sup>3</sup> Cf. Hebreus 13,8

discussão contemporânea sobre o Jesus histórico, os cristãos, na sua diversidade, compreenderam Jesus Cristo de maneiras diversas.

A proposição deste trabalho é a de que a cadeia referencial montada na textualidade dos Evangelhos cria uma situação discursiva ou, segundo Givón, (1984), um modelo mental, e, nesse sentido, o personagem Jesus é visto como um objeto de discurso específico e particular em cada um dos evangelhos em estudo.

Em uma perspectiva mais restrita, o escopo desta dissertação consiste em analisar a cadeia referencial relativa ao objeto discursivo Jesus Cristo construída na textualidade das narrativas bíblicas dos Evangelhos sinóticos, buscando verificar as seguintes questões:

- a) os tipos referenciais básicos: sua genericidade e sua individualidade;
- b) a categorização e recategorização do referente Jesus;
- c) a introdução e a manutenção do referente Jesus;
- d) o uso referencial dos nomes próprios;
- e) a progressão referencial;
- f) as estratégias de referenciação na construção e reconstrução do objeto de discurso Jesus Cristo;
- g) a argumentação a partir da referenciação por sintagmas nominais.

A teoria funcionalista da linguagem fornece suporte teórico amplo para o desenvolvimento desta pesquisa. Nessa perspectiva teórica, põe-se em consideração a língua em funcionamento, e a gramática é vista como integração dos componentes sintático, semântico e pragmático. Nessa linha, entende-se que a teoria sistêmico-funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) fornece os mecanismos apropriados de análise da montagem textual no *corpus* selecionado. Ademais, a concepção discursiva da referenciação (LYONS 1979; GIVÓN 1984; MONDADA e DUBOIS, 2003) fornece os mecanismos para o estudo da textualidade em seus efeitos discursivos. Especificamente centradas na língua portuguesa, diversas obras de pesquisadores brasileiros contribuem para ampliação da investigação textual-discursiva (KOCH, 2011; MARCUSCHI, 2006; CASTILHO, 2010; NEVES, 2007; 2008; 2013; RONCARATI, 2010).

Como já indicado, o Funcionalismo linguístico dialoga com a Linguística Textual incorporando suas lições sobre os mecanismos de coesão textual, de onde provém orientação para o acompanhamento seguro da montagem da referenciação textual (HALLIDAY; HASAN, 1976; BEAUGRANDE; DRESSLER, 1996; KOCH; ELIAS, 2012; FÁVERO; KOCH, 2012; KOCH, 2010; 2011; MARCUSCHI, 1983). De modo geral pode-se dizer que tanto a Linguística Textual quanto o Funcionalismo se ocupam de agenda semelhante, pois, conforme entende

Marcuschi (2004), os objetivos de estudo da Linguística de Texto podem ser definidos como “estudo das operações discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, da construção e do processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso” (p. 91). Do mesmo modo, Neves (2013, p. 27) aponta “uma natural ligação, nesse campo, do trabalho da Linguística Textual com o aparato teórico funcionalista.” Essa aproximação é compreensível, sobretudo porque as duas linhas de pesquisa entendem como elemento central a progressão referencial relacionada à progressão tópica.

O percurso metodológico dessa visão funcional do texto parte naturalmente da noção de referenciação como atividade discursiva. A primeira grande questão a desenvolver é a categorização do Evangelho como gênero discursivo e o passo seguinte é a seleção de perícopes<sup>4</sup> nos três evangelhos, ou seja, de trechos que se selecionem nos evangelhos narrados segundo Mateus, Marcos e Lucas para, estruturar o *corpus* de análise.

Por esse caminho, o objetivo geral dessa dissertação é identificar o modo como o referente Jesus Cristo é categorizado a partir da rede referencial mapeada na textualidade dos Evangelhos sinóticos, e, ao final, analisar as congruências e incongruências em torno da identidade de Jesus Cristo nesses Evangelhos.

Em cada análise são explorados os princípios funcionalistas, que visam particularmente às noções de contexto de cultura e contexto de situação, assim como se exploram elementos teóricos da linguística de texto, como os mecanismos de coesão, a cadeia referencial, a categorização e a recategorização, e os modos de preenchimento fórico.

Nessa direção, a disposição das partes do trabalho está organizada em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte é a base teórica e consiste em mostrar a fundamentação que embasa esta pesquisa, observando o funcionalismo como suporte de análise, a gramática funcional do texto, a criação da rede referencial no texto e a referenciação enquanto processo discursivo. Já a segunda parte mostra as entidades de análise, abordando questões como os gêneros e o processamento textual, a delimitação do gênero Evangelho Sinótico, a noção de gênero, o tipo textual, os protótipos das sequências textuais na composição da Bíblia (sequência narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal). Além disso, fala-se ainda da metodologia utilizada na pesquisa e do material de pesquisa. Por fim, a terceira parte trata das análises, mostrando o processamento textual discursivo nos Evangelhos Sinóticos, os processos referenciais no Evangelho de Mateus e os processos referenciais no Evangelho de Lucas.

---

<sup>4</sup> Nomenclatura teológica utilizada para designar unidades textuais coesas.

## **PARTE I - BASE TEÓRICA**



# CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

## 1.1 O FUNCIONALISMO COMO SUPORTE DE ANÁLISE

Ao desenvolver este projeto de pesquisa estando determinada como objeto de investigação uma obra existente, a Bíblia, fixa-se, pois, como centro de observação teórica a língua em uso. Assim, sem dúvida, o suporte teórico apropriado para fundamentar a análise é a visão funcionalista da linguagem.

Nessa linha, não é impreciso registrar que, na trajetória histórica das ideias linguísticas, o Funcionalismo tem ligação com a Escola Linguística de Praga, que, dentre outros elementos, concebia “a linguagem articulada como um sistema de comunicação, preocupava-se com seus usos e funções, rejeitava barreiras intransponíveis entre diacronia e sincronia e preconizava uma relação dialética ente sistema e uso” (NEVES, 2013, p. 18).

No contexto atual, o formato mais elaborado desse viés teórico é construído a partir da perspectiva de pesquisadores como Lehman, Givón, Hopper, Lichtenberk, Halliday (que serão invocados no desenvolvimento da proposta que aqui se anuncia). Os estudos de Dik (1997) também nos auxiliam nessa perspectiva, quando nos apontam que “a linguagem é, em primeiro lugar, concebida como um instrumento de interação social entre seres humanos” (p. 3). Assim, esses trabalhos sustentam o entendimento de que os fenômenos linguísticos são apreciados sempre na linguagem produzida em situações de uso da língua.

Nessa direção, é possível compreender que a função básica para que se volta a proposta funcionalista é a competência comunicativa revelada em textos, por sua vez constituídos em gêneros, e em uma tipologia diversificada. E a gramática que permite esse direcionamento de pesquisa necessariamente integra os componentes sintático, semântico e pragmático, já que é nessa composição que se produzem os enunciados (NEVES, 2013).

Assim, o pressuposto teórico da gramática funcionalista implica uma conceituação das múltiplas possibilidades de organização textual para atingir a compreensão de como se organiza o processo de construção dos efeitos de sentido. Entende-se que a gramática é o meio pelo qual os sentidos se constituem de forma complexa e dinâmica, como propõe Halliday (1976, p. 250) quando diz que “as formas da língua são meios para um fim, não um fim em si mesmas.”

Desta forma, no viés funcionalista a noção do dinamismo da linguagem é a condição de um tratamento assentado no uso, permitindo ver a força dinâmica que está por detrás do constante acionamento da linguagem, bem como as relações entre estrutura e forma, sempre instáveis. Nesse sentido vai a afirmação de Neves (2013 p. 18) de que “dinamismo, afinal, é

componente necessário de qualquer consideração dos componentes linguísticos (sintático-semânticos) vistos no uso geral, ou seja, na interação verbal (componente pragmático)”.

Conquanto essa seja a base comum aos diversos movimentos do funcionalismo, é necessário pontuar que cada teórico oferece modelos de análise diversificados, específicos para a investigação de um, ou de outro, processo linguístico. Nessa direção, Halliday (2004) por exemplo, fixa-se particularmente na proposição de metafunções, pelas quais se entende o papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos. Em relação à base teórica hallidayana de visão do texto, Neves (1997) oferece as seguintes indicações:

Um texto se faz como uma teia que se tece entre avanços e retomadas. Isso constitui a base de que se levem consideração:  
 - na esfera das relações e processos, as sequenciações e junções;  
 - na esfera dos participantes/argumentos, as repetições e as referências (p. 71 – 72).

E, como resume Neves (2018), o conjunto dos subsistemas de organização do texto pode ser resumido por via das metafunções da linguagem:

- a metafunção ideacional, que é a organização dos significados no sistema de coesão;
- a metafunção interpessoal, que é a organização da interação no sistema de relações humanas;
- a metafunção textual, que é a organização da informação no sistema de estruturação da informação.

Mais centrado no discurso em si do que no texto, Dik (1997) privilegia o viés da interação verbal, valorizando o papel da expressão linguística na comunicação. Para ele, o parâmetro de análise é a observação de como os falantes, emissor e destinatário são bem-sucedidos diante de situações comunicativas, e é nessa verificação que são analisados os elementos linguísticos que permitem a construção de efeitos de sentido em comum. Dik (1997, p. 1) afirma que busca compreender como é possível aos interlocutores, “por meios linguísticos, fazer-se entender mutuamente, ter influência no estoque de informação (o que inclui conhecimento, crenças, preconceitos, sentimentos), e, afinal, influenciar no comportamento prático um do outro.” Logo, mais uma vez, o que se declara é que uma gramática que incorpore os próprios atos de fala é indispensável para a descrição e estruturação dos mecanismos que fazem do texto uma tessitura coerente e coesa.

Em síntese, em relação à proposta desta pesquisa, o aparato teórico do funcionalismo em interface com a linguística do texto é o suporte apropriado para lidar com os objetivos gerais desta pesquisa, uma vez que fornece subsídios para entender a integração dos diversos componentes da gramática.

## 1.2 A GRAMÁTICA FUNCIONAL NO TEXTO

Neves (2013) entende que lidar com o texto é, antes de tudo, trabalhar com uma gramática que o tem como foco, ou seja, exatamente uma gramática funcional, que opera, proporcionando mecanismos que visam à concatenação das proposições do texto e às regras textuais que proporcionam tanto a coesão quanto a coerência na composição linguística. Assim:

“uma gramática funcional faz, acima de tudo, a interpretação dos textos, que são considerados unidades de uso – portanto, discursivo-interativas -, embora, obviamente, se vá à interpretação dos elementos que compõem as estruturas da língua.” (NEVES, 2013, p. 26)

Por essa linha, Neves (2013, p. 27) mostra que existe “uma natural ligação, nesse campo, do trabalho da linguística textual com o aparato teórico funcionalista”, uma aproximação que é compreensível, sobretudo porque as duas disciplinas entendem como elemento central a progressão referencial relacionada à progressão tópica, na formação dos textos.

Ademais, com o desenvolvimento da Linguística Textual, a agenda científica do campo de estudo do texto permite o rastreamento de significação, considerando os elementos de textualização que permitem o texto constituir uma unidade significativa. Essa teoria ainda leva em consideração que, teoricamente, o processamento textual vai muito além dos elementos frásicos, gramaticais, semânticos e pragmáticos, posto que o texto reflete uma atividade em que, tanto na função escritora quanto na leitora, o sujeito opera elementos cognitivos na construção textual do sentido.

Para Marcuschi (2004 p. 91) o estudo da Linguística de Texto pode ser definido como um “estudo das operações discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, da construção e do processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso”. Mais uma vez, nota-se a aproximação da Linguística Textual com o Funcionalismo, dado o empreendimento que ambas se propõem.

Essa ligação entre as duas correntes fica bem notabilizada nas palavras de Beaugrande (1997, p. 4-5), quando afirma que “a abertura da linguística em respeito à semântica e à pragmática aconteceu [...] como o primeiro movimento em direção à Linguística Textual”. Para ele, “a linguística textual livrou a semântica e a pragmática da sua camisa de força formal interpretativa” (p.5). Na verdade, a harmonização entre o estudo do texto e a gramática permite perceber como a construção de sentidos é operacionalizada no fazer do texto. É o que se obtém ao examinar as manifestações linguísticas, considerando-se os propósitos que fundamentam o uso da linguagem.

Na análise textual que este trabalho buscar empreender, é importante a conciliação desses dois importantes aparatos de análise, o Funcionalismo e a Linguística Textual, que, embora tenham estatutos independentes, dialogam rentavelmente quanto à aproximação analítica de textos em situação de uso.

### **1.3 REFERENCIAÇÃO: A CRIAÇÃO DA REDE REFERENCIAL NO TEXTO**

*A priori*, em uma abordagem elementar da referenciação, considera-se que a noção de referência é a construção de referentes: ao estabelecer a interação linguística, os falantes constituem objetos do discurso com os quais constroem enunciados. Nessa direção, Dik (1997, p. 129) mostra que os enunciados são construídos sobre os dois tipos de referenciação textual, o construtivo e o identificador: no modo construtivo, o falante usa um termo para que o ouvinte construa um referente para esse termo e introduza esse referente em seu modelo mental; no modo identificador, por outro lado, o falante usa um termo para que o ouvinte identifique um referente. Nesse sentido, a referenciação é tomada como processo representativo da interação entre os participantes do ato comunicativo, bem como da relação entre as partes do texto, ou seja, da tessitura do texto. Como diz Neves (2013, p. 75), “a noção de referência é a de construção de referentes”.

O processo de referenciação está intimamente relacionado à natureza constitutiva do texto, com a introdução de referentes na cadeia referencial e com a disponibilização para que eles sejam realocados ou reativados na memória operacional do interlocutor. Como mostra Koch (2006, p. 123), “a referenciação constitui um processo que distingue as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes”.

Com esse processo coesivo a progressão referencial se desenvolve, na textualidade, à medida que os referentes são colocados como objetos de discurso (APOTHELOZ; REICHLER-BEGUELIN, 1995), e são mantidos, conforme as mais variadas estratégias determinadas pelas condições de produção de cada texto.

Segundo Koch (2006), as principais estratégias de progressão referencial, ou seja, as ações que no texto permitem a construção de cadeias referenciais por meio das quais se procede à categorização ou recategorização discursiva dos referentes, são as seguintes: o uso de pronomes ou elipses (pronome nulo) e o uso de expressões nominais definidas (2002 p.85).

Na noção teórica da referenciação, a textualização vai além do processamento de informação por via da linguagem, e, na verdade, a referenciação constrói e reconstrói a própria realidade discursiva. Koch (2005) diz que:

“A discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informação, mas de (re)construção do próprio real. Ao usar e manipular uma forma simbólica, usamos e manipulamos tanto o conteúdo como a estrutura dessa forma. E desse modo, também manipulamos a estrutura da realidade de maneira significativa. E é precisamente neste ponto que reside a ideia central de substituir a noção de referência por referenciação” (p. 81).

A montagem da rede referencial do texto vai, pois, além da construção e da identificação de objetos, ou substituição de determinada forma referencial por outra, pois, como se aponta em Apothéloz e Reichler-Béguelin, (1995, p. 60), a referenciação “diz respeito à própria constituição do texto como uma rede em que referentes são introduzidos e mantidos como objetos de discurso”. A introdução e a manutenção dos objetos de discurso constroem uma rede referencial em que a progressão ou a manutenção tópica sustenta a organização informativa e dirige o fluxo de informação, proporcionando ao ouvinte a compreensão eficaz o enunciado.

Os tipos referenciais se classificam a partir de como se dá a retomada dos referentes. Para Fant (1984, apud NEVES 2013, p. 83) são dois os tipos referenciais básicos: o genérico e o individual, geralmente assinalados pelo tipo de determinante que ocorre no sintagma nominal. Como aponta o autor, “a ocorrência de um sintagma nominal permite sempre uma identificação genérica do referente, isto é, uma referência ao gênero da entidade”. Evidentemente, o aspecto genérico pode também assumir caráter de individualidade, quando se refere a indivíduos do gênero.

Nesse conjunto teórico se concentram as análises aqui apresentadas sobre o referente Jesus Cristo, a partir dos Evangelhos sinóticos. Como já exposto, esse aparato permite mapear a cadeia referencial do texto e, assim, entender como a identidade de Jesus é construída na visão dos três evangelistas selecionados, no *corpus* deste trabalho.

## **1.4 REFERENCIAÇÃO: UM PROCESSO DISCURSIVO**

Os estudos sobre referenciação têm recebido especial atenção na agenda dos estudos textuais, e os estudiosos destacam especialmente o exame da atividade discursiva (MONDADA, DUBOIS. 2003; KOCH, 2005; KOCH; MARCUSCHI, 1998; MARCUSCHI, 2003, 2005). Dessa perspectiva, na interação linguística o sujeito articula a linguagem em

função de um querer-dizer (KOCH 2005), podendo-se, pois, afirmar que, nesse processo de textualização, o locutor trabalha a percepção da realidade de maneira significativa. Sobre esse paradigma, Mondada (2001) oferece a seguinte indicação:

A referenciação não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões de mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores (p.9).

Nessa direção, a teia textual é desenvolvida na medida em que a rede referencial se constitui no e pelo discurso, com a inserção dos referentes tomados como objetos de discurso. Assim ensina Marcuschi (2007):

“[...] as coisas ditas não estão no mundo da maneira como as dizemos aos outros, uma vez que o mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo ou de uma ação discursiva e não de uma identificação de realidades discretas, objetivas e estáveis” (p. 89-90).

Esse viés teórico também transparece em Morato (2005), ao reconhecer que os processos de significação envolvidos na interação são marcados pela intersubjetividade. Diz a autora que “a referenciação, da qual participam vários processos de que os sujeitos lançam mão para transformar referentes em objetos de discurso pode ser entendida como um fenômeno discursivo” (p. 243).

A partir do pressuposto teórico de que a referenciação constitui uma atividade discursiva (Koch; Marcuschi, 1998), entende-se que a representação dos termos que constroem o texto representa a constituição dos objetos de discurso. Pode-se definir o objeto de discurso a partir de Mondada, (1994, p.64, apud Marcuschi; p. 93), que aponta que “é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos, transformados, os objetos de discurso que não lhe preexistem e que não têm nenhuma estrutura fixa; ao contrário emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva.”

Ainda nessa direção, Koch, (2002) traz as seguintes indicações:

Adoto as postulações de Apothelóz & Reichler-Bérguelin (1995:265) de que:

- a. referência diz respeito sobretudo às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve.
- b. o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção. Isto é, todo discurso constrói uma representação que opera uma memória compartilhada, “publicamente” alimentada pelo próprio discurso (Apothelóz & Reichler-Bérguelin, 1999:38) sendo os sucessivos estágios dessa representação responsáveis, ao menos em parte, pelas seleções feitas pelos interlocutores, particularmente em se tratando de expressões referenciais (p. 79).

O estudo da referenciação fornece subsídios para análise discursiva do texto, pois, como sugere Koch, (2005, p. 88), a escolha de determinada descrição pode trazer ao leitor elementos que “revelem opiniões e crenças bem como a formação discursiva e ideológica do autor”. Na medida em que a cadeia referencial é montada, o locutor deixa marcas ideológicas e discursivas no texto. As expressões nominais utilizadas na referenciação textual – questão particularmente importante neste trabalho – são recursos que atendem aos propósitos discursivos do autor. Ao assumir-se tal posicionamento, pressupõe-se que os falantes constroem referentes no e pelo discurso, e que, uma vez ativados, os objetos do discurso são construídos e reconstruídos por meio das práticas referenciais.

Com isso, diz-se que a língua não se limita a um código, pois sua função não se restringe exclusivamente ao processo comunicacional; ela vai além disso, na medida em que reconstrói o próprio mundo real. Por assim ser, é possível atestar que a noção de referenciação está a serviço do processamento discursivo em que os falantes, inseridos no tempo e espaço, constroem e reconstroem a realidade de maneira significativa. Em suma, a referenciação constrói e reconstrói objetos de discurso.

Situados nessa perspectiva, sustentamos a noção de referenciação como atividade discursiva em que o sentido textual não preexiste ao texto (KOCH; ELIAS, 2006), e, portanto, é a partir das situações de interações intersubjetivas, da cognição e do contexto de produção textual, que o texto é significado.

## **PARTE II - AS ENTIDADES DE ANÁLISE**



## CAPÍTULO 2 - OS GÊNEROS E O PROCESSAMENTO TEXTUAL

### 2.1 A DELIMITAÇÃO DO GÊNERO EVANGELHO SINÓTICO

A discussão teórica e a análise do gênero textual-discursivo Evangelho Sinótico são relevantes para o desenvolvimento desta dissertação, pois, ao buscar-se entender como o personagem Jesus, figura central do texto bíblico, é constituído discursivamente na montagem da rede referencial, verifica-se que o autor bíblico se utiliza de recursos linguísticos relativamente particulares, tais como as sequências narrativas construídas a partir de nomes próprios, ou seja, com elementos linguísticos com grau máximo de descrição (NEVES, 2018). Esse modo referencial guia o processo textual, pois, conforme afirma Bakhtin (1984), “a ideia que nós temos da forma de nosso enunciado, quer dizer, de um gênero preciso da fala, guia-nos em nosso processo discursivo. (1984. p. 288).

Considerando ainda o consenso de que o cristianismo é a maior de todas as religiões em número de adeptos, e de que a fundamentação de fé dessa espiritualidade é alicerçada em textos, é de interesse desta pesquisa linguística estudar o tipo de texto e os processos operacionalizados na textualidade. Segundo Gabei e Wheeler (2003, p. 169), os Evangelhos foram escritos justamente porque os “contemporâneos de Jesus estavam morrendo e era preciso encontrar uma maneira de preservar o testemunho da trajetória dele”. Considerado esse escopo, pode-se citar Adam (2019), que traz um aforismo de Friedrich D. E. Schleimacher do seguinte teor:

“Quando nós escolhemos um tipo dado de proposição, nós não escolhemos somente uma dada proposição em função do que queremos exprimir com a ajuda dessa proposição nós selecionamos um tipo de proposição em função do todo do enunciado acabado que se apresenta em nossa imaginação verbal e que determina nossa opinião”. (ADAM, 2019 p. 25)

Assim, os processos de construção textual, particularmente aqueles que criam a rede referencial do texto no gênero Evangelho Sinótico, introduzindo e reativando o personagem Jesus Cristo como objeto de discurso são singularmente relevantes. Essa singularidade está intimamente ligada ao gênero textual em análise, afinal a sua composição formal monta um desenho dentro do qual o objeto de discurso Jesus Cristo é realocado ou reativado na memória operacional do interlocutor.

Do ponto de vista etimológico, a palavra Evangelho significa “boa nova”, “boa notícia”, como tradução que é da palavra grega Ευαγγέλιον (*eu-*, “bom”, *αγγέλιον*, *angéliov*, “mensagem”). Embora historicamente esse gênero seja amplamente conhecido a partir da

Literatura cristã primitiva, verifica-se que ele já circulava na esfera política das civilizações anteriores ao cristianismo do primeiro século. Segundo o estudioso do grego do Novo Testamento, Mounce (1996), os elementos linguísticos, a esfera de circulação e o propósito enunciativo encontrados no Evangelho Sinótico cristão se distinguem dos primeiros registros desse gênero:

*Euangélion*, no sentido de boas novas propriamente dito, pertence a um período posterior. Fora da literatura cristã, o neutro singular aparece pela primeira vez com este significado numa carta escrita em papiro por um oficial egípcio do século III d.C. No plural, acha-se numa inscrição num calendário de Priene, em cerca de 9 a.C. Somente nos escritos dos Pais Apostólicos (e.g., Didaquê 8.2; 2 Clemente 8.5) percebemos uma transição para o uso cristão posterior de euangelion como referência a um livro que expõe a vida e os ensinamentos de Jesus. (MOUNCE, 1996, p. 106).

Nessa perspectiva, a concepção de Evangelho está especialmente ligada à ideia de recompensa paga ao mensageiro que anuncia as boas notícias. O elemento religioso também está inserido nesse contexto, na medida em que se ofereciam dádivas aos deuses em razão de uma conquista anunciada. Ademais, a introdução do aspecto divino, aí, também é diferente da do cristianismo, porque se considerava o politeísmo, bem como a figura do imperador, como fonte de veneração e culto. Becker (1982) demonstra essa interpretação a partir do culto ao imperador no mundo helênico:

Um exemplo disto é o decreto dos gregos da província da Ásia, [...] que marcava o aniversário de Augusto (23 de setembro) como sendo o início do ano civil: 'É um dia que podemos considerar, com razão, como sendo o equivalente ao começo de tudo [...] pois ele, Augusto,] restaurou a forma de tudo quando estava falhando e se tornando em infortúnio, e deu um novo aspecto ao Universo num momento em que teria recebido com bom grado sua própria destruição, se César não tivesse nascido para se tornar em bênção geral para todos os homens.[...] (BARKER citado por BECKER, 1982, p.167).

É evidente a postura de apropriação conceitual, estrutural e formal que os autores cristãos fizeram do gênero textual-discursivo Evangelho ao anunciarem a vinda do messias, o “salvador” da comunidade judaica, como aquele que haveria de declarar a boa notícia. Por essa razão, BECKER (1982, p. 170) entende que "é [...] razoável supor que, nas igrejas primitivas, esta terminologia se desenvolveu por analogia com aquela que se associava com o 'evangelho' do culto ao imperador, muito embora esteja em oposição consciente àquele".

Antes mesmo de o próprio Jesus proferir seu discurso evangélico, o profeta Isaías, no Antigo Testamento, já havia predito o caráter messiânico da boa notícia do Evangelho. Nesse sentido, sobre Jesus o profeta anuncia<sup>5</sup>: “o Soberano, o Senhor, vem com poder! Com seu braço forte

---

<sup>5</sup> Isaías 40.9

ele governa. A sua recompensa com ele está, e seu galardão o acompanha”. Assim, o Evangelho Sinótico Cristão vai além de um discurso público político, pois a boa notícia passa a ser o discurso de todos quantos descobrem a majestade do messias prometido e se rendem a ela. Diante disso, Isaías registra que<sup>6</sup> “[...] são belos nos montes os pés daqueles que anunciam as boas novas, que proclamam paz, que trazem boas notícias de salvação [...]”.

As palavras de Jesus foram registradas no gênero aqui definido como Evangelho Sinótico, que são os três primeiros livros do Novo Testamento, Mateus, Marcos e Lucas. Na opinião de Gabel e Wheeler (2003), o primeiro registro autoral desse conjunto de textos foi o de Marcos, datado de aproximadamente 70 anos depois de Cristo, e que teve como fonte primária a tradição oral. Portanto, para esses autores:

A grande fonte de Marcos foi a tradição da Igreja, isto é, o que os fiéis ouviam, lembravam e transmitiam aos outros, além de praticarem, na comunidade cristã, o consenso já mencionado. Esse material tradicional era tudo menos uma massa de informações desorganizadas. Quando os escritores dos evangelhos surgiram em cena, boa parte do material fora moldada e definida, e recebera funções na vida da Igreja. Essas funções, sobre as quais quase nada se sabe, eram na época, sem dúvida, informais; mas não devemos nos esquecer de que o cristianismo surgiu de uma religião acostumada a afirmar o seu caráter especial por meio de narrativas históricas [...]. O cristianismo tinha todas as razões para narrar os eventos do seu passado recente. Sem um cânon escrito para fixar esse material, que passara por tantas mãos, era provável que uma parte se perdesse e que o resto sofresse mudanças que ao menos tendessem a aparar as suas arestas. Portanto, os evangelistas não lidaram com a matéria da história - eles não a possuíam. O que eles tinham já estava a meio caminho da condição de literatura. (GABEL ; WHEELER , 2003, p. 172).

Por esse viés faz todo o sentido estudar os processos de referenciação a partir do gênero Evangelho, pois nele os mecanismos de textualização são organizados de modo que o objeto de discurso Jesus seja apresentado como o messias redentor dos humildes e quebrantados de coração<sup>7</sup>. Nessa direção, Mounce (1996), diz o seguinte:

Jesus viu nestas profecias uma descrição da Sua própria missão (Lc 4.18- 21; 7.22). Elas expressavam aquele mesmo senso de libertação e exultação que era a característica verdadeira da Sua proclamação messiânica. Aquilo que, no início, era simplesmente uma alusão literária facilmente veio a expressar a própria mensagem que estava sendo proclamada. (MOUNCE, 1996, p.106)

Atualmente há uma diversidade significativa de estudos linguísticos na temática dos gêneros textuais. Há também acadêmicos que estudam questões de gênero a partir da Bíblia sob

---

<sup>6</sup> Isaías 50. 7

<sup>7</sup> Isaías 60.2

o ponto de vista linguístico. Destaca-se entre eles, pesquisadores como Travis Wright, Andrew Keenan e Mike Aubrey.

Por tratar-se de um texto arcaico elaborado há mais de dois mil anos e lido em todo o mundo até os dias de hoje, o Evangelho se mostra como uma fonte rica a ser explorada pelos estudiosos da linguagem. Uma das obras mais traduzidas em todo o mundo, a Bíblia é uma coleção de 66 livros sagrados organizados em dois grandes blocos, isto é, o Antigo Testamento e o Novo Testamento. O Evangelho Sinótico é uma seção do Novo Testamento que ressignifica todo o Antigo Testamento, a partir da encarnação do verbo, Jesus Cristo<sup>8</sup>. As narrativas presentes no Novo Testamento envolvem os leitores e, apesar da existência de uma linguagem metafórica e rebuscada nesses textos, há um despertar de interesse dos fiéis (COMFORT, 1998), o que levou muitos estudiosos a se dedicarem nos estudos da Bíblia. E naturalmente, por circular na esfera religiosa, o estudo desse gênero se destaca na área das ciências da religião.

Nesse campo acadêmico, assim como em qualquer área científica, há perspectivas antagônicas sobre o mesmo tema. Isso não é diferente em relação à concepção do Evangelho como gênero textual-discursivo, entre os estudiosos do texto sagrado. Leonel (2012) relativiza essa questão evidenciando que há possibilidade de considerar-se o Evangelho como uma extensão da biografia romana. De qualquer forma, ainda hoje é majoritário entre os pesquisadores do campo teológico o entendimento de que os evangelhos do cânon cristão narrados segundo Mateus, Marcos e Lucas, ou seja, os evangelhos sinóticos<sup>9</sup>, constituem um gênero elaborado pelos cristãos do primeiro século. Os estudos da teologia que defendem a ideia de que o evangelho constitui um gênero justificam a proposta de que a composição formal e o propósito comunicativo do evangelho conferem a esse tipo de obra um caráter autônomo.

Segundo Vielhauer (2005 p. 287) “os autores eclesiásticos precoces do século II/III d. C. falam com naturalidade a respeito dos quatro livros que se tornaram canônicos, como os quatro Evangelhos, portanto falam de ‘Evangelhos’ como gênero textual”. Diferentemente, o teólogo Talbert (1997) defende a ideia de que o Evangelho tem similaridades formais com a literatura apocalíptica, com os livros do Antigo Testamento e, por conta disso, é uma reprodução da biografia greco-romana, visão defendida em Leonel (2012).

Ao lidar com essa dúbia questão, Vielhauer (2005 p. 288) argumenta que o surgimento do Evangelho como gênero se deu por meio de um processo de literalização; isto é,

---

<sup>8</sup> Cf. João 1.1-14

<sup>9</sup> Essa designação se dá por conta de que as narrativas de Mateus, Marcos e Lucas, estão intimamente correlacionadas por conteúdo, estrutura e modo de exposição do assunto, e por conta dessa afinidade eles têm que ser tratados em conjunto. O evangelho de João não pertence ao quadro sinótico, pois sua sequência narrativa apresenta outra ótica em relação aos eventos que marcaram o ministério de Jesus na terra.

provavelmente o gênero não recebeu um nome presumido dado por seu criador, o evangelista Marcos, e houve uma demora de cerca de 80 anos para que o Evangelho recebesse essa sua classificação como gênero. Durante o período greco-romano novos gêneros estavam sendo reconhecidos constantemente, por isso é inevitável encontrar-se recombinação de formas e gêneros, e, considerando-se que os gêneros são desenvolvidos de maneira dinâmica e novos gêneros surgem como desmembramentos, logo é plausível conjecturar que o Evangelho constitui um gênero.

Carson (2010) entende que, conquanto os Evangelhos tenham íntima relação de afinidade com outros gêneros já reconhecidos, isso não significa que não pertençam a um gênero particular. Nesse sentido, diz o teólogo que o Evangelho “não é uma história biográfica, teologia, confissão, catecismo, tratado, homenagem nem epístolas, trata-se de um gênero textual que apresenta uma boa notícia, ou boas novas, que anuncia salvação aos homens.” (p. 61)

Ademais, também do ponto de vista das noções linguísticas, pode-se considerar que o Evangelho constitui um gênero textual-discursivo, pois ele se enquadra no conceito de gênero como prática social e comunicativa relativamente estável que emerge em esferas de atuação humana, ou domínios discursivos, cuja identificação e produção são possíveis graças a traços que os caracterizaram do ponto de vista de composição, conteúdo, estilo, propósito comunicativo e suporte. (BAKHTIN, 1992; MARCUSCHI, 2002; KOCH, ELIAS, 2006).

O gênero “Evangelho” inclui estratégias de textualização e formas bastante diversificadas. Isso é verificado a partir da análise comparativa entre as genealogias encontradas no relato de Mateus 1. 1 – 17 e no de Lucas 3. 23b – 38, como mostram as análises em desenvolvimento neste estudo, pois, enquanto Lucas constrói a sequência genealógica a partir da relação de filho para pai, Mateus a elabora a partir de pai para filho. Em relação às parábolas, a formatação textual é ainda mais heterogênea, pois nos evangelhos canônicos são encontrados cerca de quarenta discursos de Jesus enunciados através de variados recursos de expressão, incluindo-se metáfora, figuras simbólicas, alegoria, enigma, símile, parábolas simples e complexas.

Além dos Evangelhos Sinóticos, a composição formal do gênero Evangelho também está marcada em outros textos não canônicos, ou seja, textos apócrifos<sup>10</sup>, tais como o Evangelho segundo Tomé, o Evangelho segundo Felipe, o Evangelho Egípcio e o Evangelho da Verdade

---

<sup>10</sup> Também conhecidos como Livros Pseudocanônicos. O conceito teológico protestante explica que os livros apócrifos não possuem inspiração divina, isto é, a autoria é exclusivamente um ato humano.

(VIELHAUER 2005 p. 288), os quais se mostram com as mesmas características formais encontradas nos evangelhos canônicos.

Com isso, é plausível analisar o *corpus* deste trabalho a partir do pressuposto de que o denominado Evangelho constitui um gênero híbrido, cuja composição formal é marcada pela mesclagem com outros gêneros, tais como genealogias e parábolas.

## 2.2 A NOÇÃO DE GÊNERO

As discussões em torno do tema “gênero textual-discursivo” no campo dos estudos linguísticos são bastante exploradas atualmente. Para além da esfera linguística, esse assunto é pauta na agenda de sociólogos, cientistas cognitivistas, jornalistas, publicitários, críticos literários, entre outros profissionais que trabalham com texto (MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH, 2005). Assim, ao lidar com as pesquisas acadêmicas que observam os gêneros encontramos uma variedade de terminologias e de perspectivas teóricas.

A noção primária sobre gênero tem origem na Antiguidade Clássica, a partir dos postulados de Platão (MARCUSCHI, 2008). Mais à frente, com Aristóteles, a noção de gênero foi ampliada e passou a dizer respeito a categorias literárias bastante sólidas, tais como as que se abrigam no gênero épico, lírico e no trágico. Neves (2010, p. 90) mostra que “falar de gênero, em Aristóteles, era falar do objeto ‘poética’ ou do objeto ‘retórica’, tendo como foco o ‘dizer bem’ com a linguagem”, mas, na verdade o autor nunca perdeu de vista a linguagem como instrumento para dizer a verdade.

Ainda em uma linha cronológica, verifica-se que a concepção de gênero sofreu significativo impacto a partir da crítica do romantismo à estética clássica. Posteriormente, mais profundo ainda foi Bakhtin, ao redirecionar os fundamentos teóricos sobre o gênero. Segundo Marcuschi (2011 p. 18), as reflexões programáticas do autor russo levaram à concepção de gênero como um enunciado de natureza histórica, sociointeracional, ideológica e linguística relativamente estável. Machado (2007) entende que, a partir dos estudos de Bakhtin, houve uma mudança na rota dos estudos sobre gênero, pois houve “a necessidade de um exame circunstanciado não apenas da retórica, mas, sobretudo, das práticas prosaicas que diferentes usos da linguagem fazem do discurso, oferecendo-o como manifestação de pluralidade” (MACHADO, 2007 p. 152).

Com a publicação do livro “Estética da Criação Verbal” (editado inicialmente em 1979), Bakhtin formula a histórica concepção de gênero do discurso notadamente caracterizado por

três elementos constitutivos, que são o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional. Assim propõe o autor:

[...] O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 1997, p. 261-262).

Por um lado, essa visão de gênero leva a considerar que ele pode ser produzido e reconhecido a partir da sua identidade, a qual é condicionada por diversos fatores, tais como escolhas lexicais, construção composicional e natureza dos temas. Nesse sentido, admite-se que o gênero possui um caráter formal, pelo fato de impor restrições e padronizações. Bronckart (apud Marcuschi 2011, p.15) sintetiza essa questão dizendo que os “gêneros limitam nossa ação na escrita”.

Por outro lado, a noção bakhtiniana não deve ser concebida como um modelo estanque, com estruturas rígidas. Como mostra Marcuschi (2011, p. 18), os gêneros devem ser compreendidos “como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem”, e devem ser vistos como entidades dinâmicas. Desse modo, entende-se que o gênero é essencialmente flexível e variável, pois, considerando-se o fato de que todo gênero se realiza em textos, logo deve-se admitir que o gênero é variável, tal qual seu componente crucial, que é a linguagem.

A partir disso, compreende-se que a classificação dos gêneros não pode ser feita de maneira rígida, pelo contrário, é necessário considerar a dinamicidade, a situacionalidade, a historicidade, a multimodalidade e a plasticidade que caracterizam os gêneros. Marcuschi (2011, p. 19) ainda acentua que os gêneros “devem ser vistos na relação com as práticas sociais, os aspectos cognitivos, os interesses, as relações de poder, as tecnologias, as atividades discursivas no interior de uma cultura”. Dessa maneira, a perspectiva analítica dos gêneros necessariamente leva em conta não apenas o fato de eles serem não estáticos, mas também o fato de serem não puros.

A classificação dos gêneros do discurso em “primário” e “secundário” é outro elemento teórico indispensável para noção de gênero elaborada por Bakhtin (1997):

[...] Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples) que se formaram nas condições de comunicação discursiva imediata (p. 263).

Faraco (2009) sugere uma interpretação que considera plausível para a distinção entre gêneros primários e gêneros secundários, propondo que se trata de uma distinção “entre duas esferas da criação ideológica: a ideologia do cotidiano e os sistemas ideológicos constituídos” (2009. p. 61-62). A primeira está ligada às atividades da vida cotidiana, e aí estão bilhete, panfleto, cardápio, pedido de informação na rua, enquanto a segunda está ligada às práticas socioideológicas mais elaboradas, tais como as artes, as ciências, o direito, a filosofia e a religião.

Diante disso, percebe-se um conjunto relativamente extenso de parâmetros que envolvem a concepção teórica do gênero, nomeadamente os linguísticos, os discursivos, os sociointeracionais, os históricos, os pragmáticos, entre outros. Nesse cenário complexo, Marcuschi (2011. p. 23) oferece a seguinte síntese:

[...] os gêneros se configuram de maneira plástica e não formal; são dinâmicos, fluindo um do outro e se realizando de maneira multimodal; circulam na sociedade das mais variadas maneiras e nos mais variados suportes. Exercem funções sociocognitivas e permitem lidar de maneira mais estável com as relações humanas em que entra a linguagem.

### **2.3 A TIPOLOGIA TEXTUAL**

Como já exposto, o caráter relativamente estável de um determinado gênero confere um relativo padrão formal à constituição dos textos que o compõem. Assim, a análise textual leva em conta tanto o gênero de texto (um produto da cultura) quanto o tipo textual (a natureza linguística da composição). Marcuschi (2005, p. 22-23) explica a distinção entre tipo textual e gênero da seguinte maneira:

- (a) Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição [aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas]. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.
- (b) Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição



característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial .... (p. 22-23)

Para efeitos ainda mais didáticos, Marcuschi (2005, p. 23) resume a oposição de fundo entre “tipos” de textos e “gêneros” de textos com o seguinte quadro:

<b>Tipos de textos</b> ( <i>Texttypen</i> )	<b>Gêneros de textos</b> ( <i>Textsorten</i> )
1 Construtos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas;	1 Realizações linguísticas concretas definidas por suas propriedades sociocomunicativas;
2 São constituídos de sequências linguísticas ou sequências de enunciados que não são textos empíricos, mas sequências subjacentes;	2 São constituídos de textos empiricamente realizados, cumprindo certas funções em situações comunicativas determinadas;
3 Reagrupam um conjunto limitado de categorias teóricas, determinadas por aspectos lexicais e sintáticos, relações lógicas, determinados tempos verbais;	3 Suas designações reagrupam conjuntos abertos e praticamente ilimitados de realizações concretas, designadas por um canal, um estilo, um conteúdo, uma composição e uma função;
4 As designações teóricas desse tipo são a narração, a argumentação, a descrição, a injunção e a exposição.	4 Entre os exemplos de gêneros podemos citar: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, horóscopo, receita culinária, resenha, bula de remédio, instruções de uso de um aparelho, conversação espontânea, lista de compras, cardápio de restaurante, prece etc.

Diz-se com isso, de modo geral, que o tipo textual se caracteriza pela natureza linguística da composição do texto, e é assim que os diferentes tipos textuais são agrupados em categorias: a partir dos elementos léxicos-gramaticais da língua podemos identificar no texto as sequências tipológicas.<sup>11</sup>

Por se enquadrarem no modo de construir o discurso em uma organização textual, (HALLIDAY, 1973; 1978; 2004) os tipos textuais se enquadram no contexto de situação. O gênero, por sua vez, conforme já exposto, relaciona-se à cultura, correspondendo, assim, a um conceito mais abstrato, por onde se chega ao fato de que o gênero pode ser constituído por uma diversidade de sequências tipológicas.

Há relativo consenso entre os teóricos da linguística textual quanto à afirmação de que os gêneros são em número indefinível, entretanto quando se trata das descrições das tipologias

<sup>11</sup> MARCUSCHI 2005 trata os termos “tipo textual” e “sequência textual” como sinônimos, e esse tem sido uso geral.

textuais, nota-se que há divergências consideráveis. Em geral a descrição dessas sequências textuais é restrita a seis categorias: narração, injunção, exposição, argumentação e descrição, proposição oferecida por teóricos expressivos como Bronckart (1999), seguido por Marcuschi (2005). Recentemente, Adam (2019), revisando sua própria obra<sup>12</sup> passou a não considerar mais a sequência injuntiva como categoria, propondo assim cinco protótipos de sequências, a narrativa, a descritiva, a explicativa, a argumentativa e a dialogal.

Ao explorar os limites dessas categorias, Adam (2019) as trata como protótipos, não definindo cada uma delas com critérios definitórios estáveis, mas vendo-as como agrupamentos definidos a partir de traços notadamente marcados na textualidade. Dessa maneira, o autor fala em sequências prototípicas “na medida em que é em relação a um reconhecimento de formas culturalmente adquiridas que um segmento de texto pode ser interpretado como uma sequência mais ou menos narrativa, argumentativa, ou descritiva” (p. 63). O mesmo autor exemplifica o conceito desta forma:

Da mesma forma que o protótipo cultural do pássaro – geralmente bastante próximo do pardal ou do canário – permite distinguir um *mésange*, uma coruja uma cegonha e até mesmo um avestruz e um pinguim de outros animais, também parece existir um esquema protótipo abstrato, construído a partir de propriedades típicas da categoria que permite o reconhecimento subsequente deste ou daquele exemplo como mais ou menos protótipo. [...] a noção de protótipo desloca a reflexão sobre as classificações de agrupamentos de atributos de importância variável.

O viés teórico e, por conseguinte, o aspecto didático que Adam (2019) propõe ao estudo das sequências textuais, contribui de maneira significativa para a análise do *corpus* deste trabalho, uma vez que as propriedades constitutivas dos cinco protótipos de sequências textuais estão marcadas na textualidade dos Evangelhos. Por assim ser, passa-se a ver, a seguir, os fundamentos de cada categoria exemplificada em excertos bíblicos.

## **CAPÍTULO 3 - O PROTÓTIPO DAS SEQUÊNCIAS TEXTUAIS NA COMPOSIÇÃO DA BÍBLIA**

A noção de protótipo textual, que é a sequência textual típica de uma determinada categoria de texto, é fundamental no estudo discursivo do Evangelho, pois a maneira como cada evangelista constrói linguisticamente a identidade de Jesus está intimamente ligada aos recursos textuais de referência e ao tipo de sequência textual.

---

<sup>12</sup> Os trabalhos de descrição das sequências textuais em “Tipos e protótipos de textos” de ADAM são de 1997.

Ao lidar com as diferentes perspectivas teóricas em relação às sequências textuais, a escolha que se faz nesta dissertação é a proposta de Adam (2019), que distingue três categorias complementares de realizações textuais e discursivas, isto é, dos protótipos de sequências textuais, de gêneros do discurso e de gêneros de textos. Em relação às sequências textuais, o autor as limita em cinco categorias, a saber: narrativas, descritivas, argumentativas, explicativas e dialogais. A partir da proposta de Adam, essas categorias são examinadas e exemplificadas, nesta dissertação, com a utilização de trechos da Bíblia.

### 3.1 O PROTÓTIPO DA SEQUÊNCIA NARRATIVA

Ao considerar o fato de que a composição do texto bíblico como um todo é predominantemente marcada pela sequência narrativa, logo é relevante observar os elementos constituintes que a compõem. Para Adam (2019 p. 114), a definição mínima que se pode atribuir à textualidade da sequência narrativa é que se trata de um “um conjunto de proposições articuladas progredindo em direção a um fim”. Buscando uma definição mais elaborada, esse mesmo autor diz que:

Toda narrativa consiste em um discurso que integra uma sucessão de acontecimentos de interesse humano na unidade de uma mesma ação. Onde não há sucessão, não há narrativa, mas, por exemplo, descrição (se os objetos do discurso estão associados por uma contiguidade espacial); dedução (se eles se implicam um ao outro); efusão lírica (se eles são evocados por metáfora ou metonímia) etc. Onde não há integração na unidade de uma mesma ação, não há mais narrativa, mas somente cronologia, uma enunciação de fatos não coordenados. Onde, enfim, não há implicação de interesse humano (onde os eventos reportados não são nem produzidos por agentes nem vividos por pacientes antropomórficos), não pode haver aí narrativa, porque é apenas em relação a um projeto humano que os acontecimentos tomam sentido e se organizam em uma série temporal estruturada. (Adam, 2019 p. 114)

Por essa definição, ficam evidentes três aspectos constituintes da sequência narrativa, que são sujeito, temporalidade e predicados transformados, e, além desses elementos, o autor entende que são necessárias seis características para que seja possível identificar uma narrativa.

A primeira dessas características é a **sucessão de acontecimentos**, isto é, a delimitação de um evento em uma cadeia de outros eventos marcados em uma linha temporal constituída por processos de tensão. A segunda é a **unidade temática** (ao menos um ator-sujeito, individual ou coletivo), que consiste na preservação de um sujeito (animado ou inanimado, não importa) para que se preserve a unidade do texto. A presença central e permanente de ao menos um personagem-ator é um dos componentes de base da narração. A terceira é a **transformação de predicados** que é uma transformação das características das personagens. Quanto a isso, Adam,

ancorado na noção de narrativa semiótica greimasiana, diz que “a narrativa concluída pode ser lida como a transformação de um estado em seu estado contrário” e que “a previsibilidade desse percurso binário define a coerência particular da narrativa e marca o seu fechamento.” (2019, p. 116). Com isso se diz que há um sujeito performático que sofre ou age de modo transformador ao longo da narrativa, o que permite entender que o sujeito é aquilo que acontece no momento específico do processo narrativo.

A quarta característica da sequência narrativa é a **unidade de um processo**, compreendida como um enredo concatenado (começo, meio e fim), cuja noção expressa uma ação única, um todo marcado por um processo constituído através da sequenciação de eventos. Esse procedimento pode ser decomposto em três momentos distintos: início do processo (começar a, dispor-se a); duração do processo (continuar a); fim do processo (acabar). Adam (2019, p. 118) apresenta um quadro didático desse processo transformacional.

Situação Inicial	Transformação (realizada ou sofrida)	Situação Final
Antes “começo”	Processo “meio”	Depois “fim”

A quinta característica da sequência textual narrativa é a **causalidade narrativa da colocação em intriga**, que são as ações que sustentam os fatos narrados. De forma elementar, diz-se que essas ações são as tensões geradas ao longo do discurso e provocam as substituições dos eventos. O sexto e último componente é uma **avaliação final (explícita ou implícita)** que trata da moral (reflexão sobre o enredo<sup>13</sup>). Sobre esse elemento, Adam (2019, p. 125) diz que é “provavelmente uma das chaves da especificidade narrativa”, pois o fundamento que sustenta a narrativa é a moral que ela quer de alguma forma sugerir ao leitor.

A Bíblia, tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento, apresenta uma diversidade considerável de gêneros, tais como Epístolas, Evangelhos, Parábolas, Poesias, Provérbios, Cânticos, Leis, cada qual com suas sequências textuais mais características. Ainda que o gênero não seja concebido dentro de modelos estanques, nem como de estrutura rígida, observa-se que cada um dos gêneros bíblicos tem uma particular predominância de sequências textuais.

---

<sup>13</sup> Nem todas as narrativas possuem essa característica.

A sequência narrativa<sup>14</sup> é recorrente no texto bíblico. Livros como Gênesis, Êxodo, Josué, Juízes, Reis, Samuel, Evangelhos, Atos, entre outros, são majoritariamente narrativos, abrigando uma diversidade de temas tais como a criação, a trajetória de Israel, a vida, morte e ressurreição de Cristo, o dilúvio etc. Isso pode ser exemplificado a partir da narrativa do Evangelho de Mateus, em que se lê, sobre o nascimento da criança anunciada como o rei dos judeus:

<sup>1</sup> Depois que Jesus nasceu em Belém da Judéia, nos dias do rei Herodes, magos vindos do Oriente chegaram a Jerusalém <sup>2</sup>e perguntaram: "Onde está o recém-nascido rei dos judeus? Vimos a sua estrela no Oriente e viemos adorá-lo". <sup>3</sup> Quando o rei Herodes ouviu isso, ficou perturbado, e com ele toda a Jerusalém. <sup>4</sup> Tendo reunido todos os chefes dos sacerdotes do povo e os mestres da lei, perguntou-lhes onde deveria nascer o Cristo. <sup>5</sup> E eles responderam: "Em Belém da Judéia; pois assim escreveu o profeta: <sup>6</sup> 'Mas tu, Belém, da terra de Judá, de forma alguma és a menor entre as principais cidades de Judá; pois de ti virá o líder que, como pastor, conduzirá Israel, o meu povo' ". <sup>7</sup> Então Herodes chamou os magos secretamente e informou-se com eles a respeito do tempo exato em que a estrela tinha aparecido. <sup>8</sup> Enviou-os a Belém e disse: "Vão informar-se com exatidão sobre o menino. Logo que o encontrarem, avisem-me, para que eu também vá adorá-lo". <sup>9</sup> Depois de ouvirem o rei, eles seguiram o seu caminho, e a estrela que tinham visto no Oriente foi adiante deles, até que finalmente parou sobre o lugar onde estava o menino. <sup>10</sup> Quando tornaram a ver a estrela, encheram-se de júbilo. <sup>11</sup> Ao entrarem na casa, viram o menino com Maria, sua mãe, e, prostrando-se, o adoraram. Então abriram os seus tesouros e lhe deram presentes: ouro, incenso e mirra. <sup>12</sup> E, tendo sido advertidos em sonho para não voltarem a Herodes, retornaram a sua terra por outro caminho. (Mateus 2:1-12)

Da narrativa da criação em Gênesis, o primeiro livro do pentateuco<sup>15</sup>, passando pelas sequências que narram a vida, obra e ministério de Jesus nos Evangelhos Sinóticos, até as narrativas escatológicas do livro de Apocalipse, que é o último livro do cânon cristão, percebe-se como a sequência narrativa monta a unidade de um processo, isto é, a noção de ação única que forma um todo. Isso evidencia a lógica de que essa unidade textual foi a mais trabalhada pela tradição, desde a tradição retórica de Aristóteles.

### 3.2 O PROTÓTIPO DA SEQUÊNCIA DESCRITIVA

O protótipo da sequência descritiva dispõe de uma longa trajetória de estudos na linguística do texto e do discurso. Por possuir uma caracterização sequencial menos rígida e, por isso, não comportar um reagrupamento pré-formatado de encadeamentos, a descrição difere das demais sequências. O conjunto de operações linguísticas na base de toda descrição

<sup>14</sup> Mais à frente, no capítulo 4, Processos referenciais no Evangelho de Mateus e Lucas, a sequência textual narrativa é analisada.

<sup>15</sup> Trata-se da coleção dos cinco primeiros livros do Antigo Testamento (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio).

difícilmente pode ser resumido por um esquema de sequência descritiva.<sup>16</sup> Por isso, há um determinado grau de complexidade na composição dessa sequência.

Tal noção pode ser verificada, por exemplo, na comparação entre narração e descrição, pois, enquanto aquela é marcada predominantemente por sujeitos (animados ou não), esta tem tendência à despersonalização. Nesse sentido, Adam (2019) reconhece o caráter heterogêneo dessa sequência, entendendo que a linguística do texto “deve levar totalmente em conta a heterogeneidade composicional da sequência descritiva.” Como diz ele, talvez isso explique o fato de poucos escritores produzirem textos compostos por descrição contínua, sendo os autores Le Domaine d’Arnheim e Edgar Alan Poe considerados como exceção, pois alguns de seus textos são marcados por esse tipo de sequência.

Conquanto sejam pouco definíveis os elementos composicionais da sequência descritiva, Adam, baseado na tradição retórica, retoma a enumeração dos tipos de descrição destacando diferentes espécies de descrição. Para tanto, o autor lista sete tipos descritivos:

A TOPOGRAFIA (tipo de descrição para o uso tanto do orador quanto do narrador, ela tem por objetivo um lugar qualquer, como uma ravina, uma montanha [...]); a CRONOGRAFIA (descrição de tempos períodos, eras, que caracteriza vivamente o tempo de acontecimento pelo curso das circunstâncias que aí se associam); a PROSOPOGRAFIA (descrição que tem por objeto a figura, o corpo, os traços, as qualidades ou somente o exterior [...]); a ETOPEIA (descrição que tem por objeto os hábitos, o caráter, os vícios, as virtudes, os talentos, os defeitos, enfim as boas ou más qualidades morais [...]); o PARARELO (que consiste em duas descrições, ou consecutivas ou misturadas, de características físicas ou morais, pelas quais se busca aprimorar objetos cujas diferenças ou semelhanças se quer mostrar); e o QUADRO (certas descrições vivas e animadas de paixões, de ações, de acontecimentos [...]); à HIPOTIPOSE, quando a exposição do objeto é tão viva, tão enérgica, que resulta no estilo de uma imagem, de um quadro.” Adam (2019, p. 73)

A estrutura descritiva apresenta ainda elementos composicionais, operando enumerações, cujo objetivo é indicar as diferentes partes do todo, para mostrar as diferentes faces de um tema, criando assim argumentações.

Com a ampliação de trabalhos anteriores neste tema, Adam (2019) acrescenta quatro macro-operações descritivas de base. A primeira é nomeada como **operação de tematização** em que geralmente um nome próprio ou nome comum faz ancoragem referencial e temática do texto. A segunda recebe o nome de **operação de pré-tematização ou ancoragem**, pois ela cria uma coesão semântica referencial desde o início do texto, sendo então um primeiro fator de ordem. A terceira é a **operação de pós tematização ou afetação**, que consiste na ancoragem referencial da sequência descritiva, mas, diferentemente da anterior, opera no final da

---

<sup>16</sup> Adam em seus trabalhos anteriores propunha o contrário, ou seja, um conjunto de operações linguísticas suficiente para caracterizar a sequência descritiva.

sequência. Por fim, há a **operação de retomatização ou reformulação**, cuja função é a combinação das duas operações anteriores, ou seja, ela retoma e reformula o tema-título inicial e põe fim ao escopo da denominação inicial do objeto de discurso.

Ao lidar com a complexidade teórica da descrição, Adam amplia a discussão, apresentando ainda mais quatro aspectos que as macro-operações descritivas operam na textualidade. Com isso, de modo geral, o autor demonstra teoricamente outras três operações importantes para o estudo das propriedades constituintes da sequência descritiva,<sup>17</sup> que são as operações de **aspectualização**, as operações de **relação** e as operações de **expansão por subtematização**. Em suma, essas operações têm por objetivo lidar com o caráter heterogêneo da composição descritiva.

Por fim, Adam (2019) apresenta o aspecto argumentativo e procedural<sup>18</sup> da sequência descritiva. Para ele a questão argumentativa na sequência descritiva se configura na medida que os elementos linguísticos levam o enunciatário a calcular as razões presumidas em uma determinada descrição. Geralmente esse processo deriva de um ato de discurso do tipo “recomendação”. A partir desta discursividade, o autor insere o conceito de descrição procedural, demonstrando que a sequência descritiva não pode ser categorizada a partir de esquemas estanques, pois ela está inserida em planos de textos variados, tais como as receitas culinárias, os manuais de instruções, as regras de jogos, os guias de itinerários, entre outros. Assim diz Adam que:

se opõe “muito claramente àqueles que, como Greimas (1983) e Bouchard, fazem textos como uma receita de cozinha das variáveis da narrativa, eu direi que eles se deixam abusar pela presença massiva de predicados de ação, que eles não têm muito em conta o caráter ilocucionário dos tempos utilizados (infinitivo injuntivo, imperativo, imperativo ou futuro preditivo), da ausência enunciativa de sujeito determinado (lugar abstrato destinado a ser ocupado por ele próprio leitor) e do caráter decididamente prático desse gênero discursivo. (2019, p. 104 - 105)

<sup>17</sup> Todo este conteúdo está na discussão teórica que Adam propõe entre as páginas 85 a 96 (2019).

<sup>18</sup> A conceituação do discurso procedural e outros gêneros de incitação à ação é uma importante angulação teórica de Adam (2019) em relação as flutuações na categorização. Ao revisitar sua própria obra de 1987, o teórico abandona a hipótese das classificações tipológicas de textos injuntivos. Segundo o próprio autor, “A maioria das classificações tipológicas dá lugar a três grandes grupos que vão dos textos injuntivos e procedurais às diferentes formas de conselhos. Nos trabalhos anteriores (particularmente, Adam 1987: 65-68), seguindo as proposições tipológicas de Werlich e de Longacre, eu mesmo considerei a receita culinária, a instrução de montagem, as ordens, os regulamentos, as regras de jogo, os guias de viagem, o horóscopo e mesmo a profecia e até o boletim meteorológico como representantes de um tipo de texto. Em 1992, na primeira edição da presente obra, eu abandonei essa hipótese e insisti na importância da descrição em seus planos de textos: listagem dos ingredientes das receitas ou elementos dispersos das instruções de montagem; descrição das ações para ações futuras a serem realizadas”. 2019, p. 253.

Quanto à sequência descritiva, seu registro é amplamente encontrado na Bíblia, sobretudo em textos apocalípticos, em que o aspecto místico e sobrenatural do discurso religioso é materializado em descrições exuberantes e enigmáticas. Isso pode ser percebido a partir da descrição do trono no céu, em que se lê o seguinte:

<sup>1</sup>Depois dessas coisas olhei, e diante de mim estava uma porta aberta no céu. A voz que eu tinha ouvido no princípio, falando comigo como trombeta, disse: "Suba para cá, e lhe mostrarei o que deve acontecer depois dessas coisas". <sup>2</sup>Imediatamente me vi tomado pelo Espírito, e diante de mim estava um trono no céu e nele estava assentado alguém. <sup>3</sup>Aquele que estava assentado era de aspecto semelhante a jaspe e sardônio. Um arco-íris, parecendo uma esmeralda, circundava o trono, <sup>4</sup>ao redor do qual estavam outros vinte e quatro tronos, e assentados neles havia vinte e quatro anciãos. Eles estavam vestidos de branco e tinham na cabeça coroas de ouro. <sup>5</sup>Do trono saíam relâmpagos, vozes e trovões. Diante dele estavam acesas sete lâmpadas de fogo, que são os sete espíritos de Deus. <sup>6</sup>E diante do trono havia algo parecido com um mar de vidro, claro como cristal. No centro, ao redor do trono, havia quatro seres viventes cobertos de olhos, tanto na frente como atrás. <sup>7</sup>O primeiro ser parecia um leão, o segundo parecia um boi, o terceiro tinha rosto como de homem, o quarto parecia uma águia quando em voo. <sup>8</sup>Cada um deles tinha seis asas e era cheio de olhos, tanto ao redor como por baixo das asas. Dia e noite repetem sem cessar: "Santo, santo, santo é o Senhor, o Deus todopoderoso, que era, que é e que há de vir". <sup>9</sup>Toda vez que os seres viventes dão glória, honra e graças àquele que está assentado no trono e que vive para todo o sempre, <sup>10</sup>os vinte e quatro anciãos se prostram diante daquele que está assentado no trono e adoram aquele que vive para todo o sempre. Eles lançam as suas coroas diante do trono, dizem: <sup>11</sup>"Tu, Senhor e Deus nosso, és digno de receber a glória, a honra e o poder, porque criaste todas as coisas, e por tua vontade elas existem e foram criadas". Ap 4:1-11

### 3.3 O PROTÓTIPO DA SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA

A unidade composicional da sequência argumentativa elaborada por Adam (2019) não deve ser confundida com o que se conhece por argumentação em geral. Segundo esse autor, a argumentação pode ser definida como “a construção por um enunciador de uma representação discursiva, visando a modificar a representação de um interlocutor a respeito de dado objeto de discurso” (p. 145 – 146). Por esse viés, a noção de argumentação tem por fundamento conduzir o enunciatário a adesão às teses que lhe são apresentadas.

Por outro lado, o pressuposto teórico relacionado ao protótipo da sequência argumentativa consiste em uma forma de composição elementar de organização da textualidade, diferenciando-se esse tipo de sequência textual das demais sequências, tais como a narrativa e a descritiva. Em relação a essa especificidade, Adam (2019) diz que “o encadeamento [**Dado** > **Conclusão**] forma uma unidade argumentativa de base, na medida em que um encadeamento se interrompe e na medida em que um efeito de encerramento é sentido (p. 146). Com isso, o autor demonstra que alguns encadeamentos de proposições são compostos

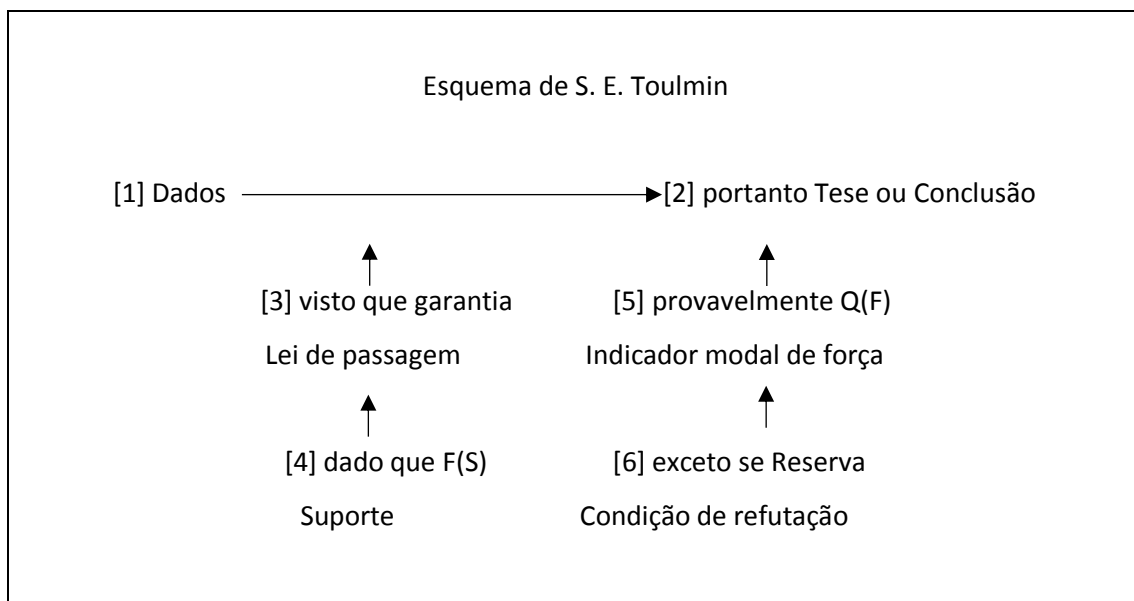


em um esquema inferencial, ou silogismo enunciativo, com um determinado segmento de texto operando como argumento.

A constituição de um período ou sequência argumentativa possui complexidades, pois nem sempre a caracterização pode ser evidente, embora possa existir. Porém há elementos definidos que caracterizam a textualidade desse segmento. Assim, a noção de **conclusão / dado (ou premissa) razões**, é inerente aos sintagmas dessa sequência. Nessa direção, Adam diz que

os sintagmas ‘segmentos de textos’ e ‘sequência textual’ designam apenas encadeamentos de enunciados de extensão variável [...] chamados a ser interpretados como formando um período ou sequência argumentativa, mais do que uma sequência narrativa, descritiva ou explicativa, mas essa caracterização pode não ser evidente.” (2019, p. 146 – 147)

Além desses aspectos caracterizadores, Adam (2019) discute a presença de outros componentes que estruturam a sequência argumentativa, dentre os quais destaca o papel dos conectivos, em especial aqueles que são apresentados no esquema da sustentação argumentativa das proposições, elaborado por S. E. Toulmin da seguinte maneira:



2019, p. 153.

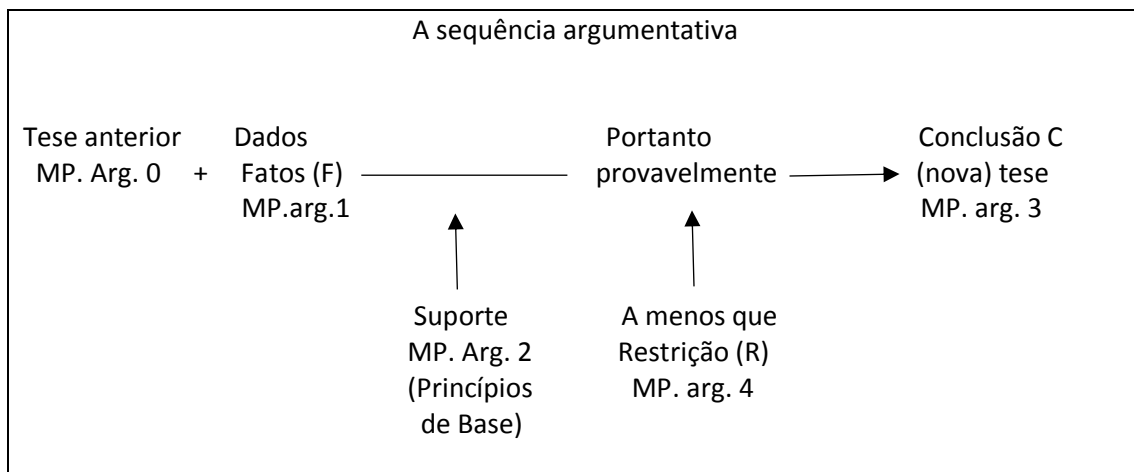
Os dados desse diagrama representam a composição da sequência argumentativa, uma vez que, a partir dos dados [1], que são explicitamente invocados, chega-se à tese[2], a partir da qual se inferem informações implícitas [3], por meio de argumentos, chamados de suporte [4]. Essa argumentação ganha força por meio do indicador modal, “*modal qualifier*”, que é força de convicção ou persuasão no processo discursivo. Por fim, [6] indica as condições de

refutação em que se pode anular a autoridade geral, iniciada em [3] com a inferência ou argumentação.

Ainda que apresente atualizações para esse esquema, Adam (2019) reconhece a relevância desses elementos para observar-se a configuração de uma determinada sequência argumentativa.

Também se destacam no estudo dessa sequência os efeitos enunciativos ligados à mudança dos tempos verbais (presente, imperfeito, futuro) quando utilizados com objetivo de influenciar o outro (leitor) de alguma maneira. Além disso, as operações modais que o verbo executa no enunciado são elementos constituintes dessa sequência textual.

Na tentativa de dar à sequência argumentativa uma representação gráfica e, com isso, demonstrar, de modo didático, uma síntese dos seus elementos constituintes, Adam (2019) apresenta o seguinte esquema prototípico.



2019, p. 164

Por esse esquema, estão na base três macroposições, referindo-se a terceira ao caso particular de refutação. É importante notar que o encadeamento de cada uma delas é relativo, uma vez que a nova tese pode estar presente logo no início, e ser, ou não, retomada na conclusão.

Considerando-se que o discurso religioso se constitui por essência no silenciamento de outros discursos, não é de surpreender que seja encontrado um vasto volume dessa sequência na Bíblia Sagrada. As cartas paulinas (isto é, de autoria do apóstolo Paulo, no primeiro século) são compostas por diversas sequências textuais argumentativas, afinal o contexto de produção dessas cartas revela um intenso debate teológico entre a espiritualidade proposta por Jesus Cristo e a tradição judaica.

A carta aos romanos, a mais densa em conteúdo teológico no Novo Testamento, exemplifica essa consideração:

<sup>9</sup>Que concluiremos então? Estamos em posição de vantagem? Não! Já demonstramos que tanto judeus quanto gentios estão debaixo do pecado. <sup>10</sup>Como está escrito: "Não há nenhum justo, nem um sequer; <sup>11</sup>não há ninguém que entenda, ninguém que busque a Deus. <sup>12</sup>Todos se desviaram, tornaram-se juntamente inúteis; não há ninguém que faça o bem, não há nem um sequer". <sup>13</sup>"Suas gargantas são um túmulo aberto; com suas línguas enganam". "Veneno de serpentes está em seus lábios". <sup>14</sup>"Suas bocas estão cheias de maldição e amargura". <sup>15</sup>"Seus pés são ágeis para derramar sangue; <sup>16</sup>ruína e desgraça marcam os seus caminhos, <sup>17</sup>e não conhecem o caminho da paz". <sup>18</sup>"Aos seus olhos é inútil temer a Deus". <sup>19</sup>Sabemos que tudo o que a lei diz, o diz àqueles que estão debaixo dela, para que toda boca se cale e todo o mundo esteja sob o juízo de Deus. <sup>20</sup>Portanto, ninguém será declarado justo diante dele baseando-se na obediência à lei, pois é mediante a lei que nos tornamos plenamente conscientes do pecado. <sup>21</sup>Mas agora se manifestou uma justiça que provém de Deus, independente da lei, da qual testemunham a Lei e os Profetas, <sup>22</sup>justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo para todos os que creem. Não há distinção, <sup>23</sup>pois todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus, <sup>24</sup>sendo justificados gratuitamente por sua graça, por meio da redenção que há em Cristo Jesus. <sup>25</sup>Deus o ofereceu como sacrifício para propiciação mediante a fé, pelo seu sangue, demonstrando a sua justiça. Em sua tolerância, havia deixado impunes os pecados anteriormente cometidos; <sup>26</sup>mas, no presente, demonstrou a sua justiça, a fim de ser justo e justificador daquele que tem fé em Jesus. <sup>27</sup>Onde está, então, o motivo de vanglória? É excluído. Baseado em que princípio? No da obediência à lei? Não, mas no princípio da fé. <sup>28</sup>Pois sustentamos que o homem é justificado pela fé, independente da obediência à lei. <sup>29</sup>Deus é Deus apenas dos judeus? Ele não é também o Deus dos gentios? Sim, dos gentios também, <sup>30</sup>visto que existe um só Deus, que pela fé justificará os circuncisos e os incircuncisos. <sup>31</sup>Anulamos então a lei pela fé? De maneira nenhuma! Pelo contrário, confirmamos a lei. Romanos 3:9-31

A sequência argumentativa é usada no texto na medida em que a temática do juízo divino, depreendida a partir do contexto da epístola, vai sendo desenvolvida. As diversas perguntas retóricas presentes nos versículos 9, 27, 29 e 31 operam na construção argumentativa. O discurso é construído a partir da junção de dados que culminam em conclusões, tal como se observa no versículo 20 ("Portanto, ninguém será declarado justo diante dele baseando-se na obediência à lei, pois é mediante a lei que nos tornamos plenamente conscientes do pecado") e no versículo 31 ("Anulamos então a lei pela fé? De maneira nenhuma! Pelo contrário, confirmamos a lei.").

A partir dessas construções, e com base no quadro de Adam, apresentado acima, é possível dizer que a tese anterior (os judeus seriam privilegiados no plano de salvação por conta de sua linguagem) está ligada à suposta posição de vantagem em ser da linhagem judaica, o que é refutado a partir dos dados do argumento 1 (todos são pecadores), mostrado no versículo 10 ("Não há nenhum justo, nenhum sequer"), ou seja, todos estão debaixo do pecado, o que se constitui como fato (F). O argumento 2 (todos são inúteis e maus) é inserido no versículo 12

em que se lê “todos se desviaram, tornando-se juntamente inúteis, não há ninguém que faça o bem, não há nenhum sequer”. Assim, o versículo 20 apresenta o aspecto conclusivo (igualdade no plano de salvação) a partir do operador “portanto” (“portanto, ninguém será declarado justo diante dele baseando-se na obediência à lei”), colocando todos (judeus e gentios) em equidade diante da obediência à lei, o que é retomado nos versículos 30 e 31, gerando uma nova tese: “... só existe um Deus que, pela fé, justificará os circuncisos e os incircuncisos”, salvos pela soberania divina.

### 3.4 O PROTÓTIPO DA SEQUÊNCIA EXPLICATIVA

Ao tratar do protótipo da sequência explicativa, Adam (2019) mais uma vez apresenta uma revisão do seu próprio trabalho, motivada pelas imprecisões das primeiras classificações tipológicas. Com isso, ao lidar com o que antes denominava como tipo “informativo-expositivo”, o autor reconhece que esse termo é certamente impreciso, pois, a rigor, todo texto transmite, de certa forma, uma determinada informação. Ele também entende que considerar apenas a ideia de que a sequência é expositiva é algo igualmente vago. Então, para ele, a devida abordagem dessa sequência consiste em categorizá-la como explicativa, conceitualmente distinguida da exposição. Assim diz Adam (2019):

Explicar nos parece constituir uma intenção particular que não se confunde com a de informar; o texto explicativo, tem, sem dúvida, uma base informativa, mas caracteriza-se, além disso pela vontade de fazer compreender os fenômenos: daí, implícita ou explícita, a existência de uma questão como ponto de partida, que o texto se esforça para elucidar. O texto informativo, por outro lado, não visa estabelecer uma conclusão: ele transmite dados, certamente organizados hierarquizados [...], mas não para fins demonstrativos. Não se trata, em princípio, de influenciar o auditório, de conduzi-lo a esta ou àquela conclusão, de justificar um problema que seria colocado. (2019, p. 178)

Por ser mais do que a transmissão de informação, a sequência explicativa dá subsídios para a construção de conclusões a partir dos dados implícitos ou explícitos dispostos na textualidade.

Sem dúvida, há uma linha muito tênue na categorização do que é explicativo e do que é expositivo, mas Adam (2019) fornece ao menos dois elementos que servem como parâmetros para a identificação e a diferenciação dessas categorias. Diz ele, em primeiro lugar, que “a distinção a ser feita entre exposição e explicação passa pela diferença entre POR QUÊ? e COMO?” e que “a maioria das sequências em COMO não são explicativas” (p. 179). Por isso, os textos expositivos não são considerados como variantes do protótipo textual explicativo. Em

segundo lugar, outro elemento que auxilia na categorização particular da sequência explicativa é a justificção. O autor entende que a explicação propriamente dita deve ser considerada como uma resposta a “por que algo é/se torna assim, ou faz isso?” e continua: “Em outras palavras, justificamos as falas (*‘de dicto’*) e explicamos os fatos (*‘de re’*)” (ADAM, 2019, p.180).

Assim como na sequência argumentativa, em que os conectores desempenham uma função importante na forma composicional da unidade textual, na sequência explicativa isso também ocorre, pois os elementos que modelam a particularidade da explicação, isto é, os ‘porquês’ e as ‘justificativas’ (porque algo é/se torna algo) são articulados textualmente por meio dos operadores explicativos, tais como: *por isso, que, porque*, e outros de mesma orientação semântica.

De modo geral, Adam vai à proposta de Jean-Blaise Grize (1990), para explicar que a composição da sequência argumentativa é verossímil, apresentando o seguinte:

“um primeiro operador [POR QUE] faz passar de uma esquematização inicial S-i, que apresenta um objeto complexo (O-i), para uma esquematização S-q, que problematiza (objeto problematizador O-q), então um segundo operador [PORQUE] permite passar de S-q para uma esquematização explicativa.” (2019, p. 191-192)

Nessa direção, Adam (2019, p. 191-193) propõe uma esquematização que tem pequenas diferenças em relação à de Grize (*apud* Adam, 1990:107). Basicamente, o que Grize chama de **estrutura geral de uma sequência explicativa**, Adam denomina como **macroproposição explicativa**, acrescentando algumas nuances, como a esquematização inicial, representadas a partir do seguinte esquema de estrutura sequencial prototípica:

Sequência explicativa prototípica		
0.	Macroproposição explicativa 0	Esquematização inicial
1. Por que X? (ou Como?)	Macroproposição explicativa 1	Problema (pergunta)
2. Porque	Macroproposição explicativa 2	Explicação (resposta)
3.	Macroproposição explicativa 3	Ratificação-avaliação

2019, p. 193

Consideremos, a título de exemplo, um excerto da Bíblia Sagrada que se constitui por protótipos de sequências explicativas.

<sup>1</sup>Digo a verdade em Cristo, não minto; minha consciência o confirma no Espírito Santo: <sup>2</sup>tenho grande tristeza e constante angústia em meu coração. <sup>3</sup>Pois eu até desejaria ser amaldiçoado e separado de Cristo por amor de meus irmãos, os de minha raça, <sup>4</sup>o povo de Israel. Deles é a adoção de filhos; deles é a glória divina, as alianças, a concessão da lei, a adoração no templo e as promessas. <sup>5</sup>Deles são os patriarcas, e a partir deles se traça a linhagem humana de Cristo, que é Deus acima de tudo, bendito para sempre! Amém. <sup>6</sup>Não pensemos que a palavra de Deus falhou. Pois nem todos os descendentes de Israel são Israel. <sup>7</sup>Nem por serem descendentes de Abraão passaram todos a ser filhos de Abraão. Pelo contrário: "Por meio de Isaque a sua descendência será considerada". <sup>8</sup>Noutras palavras, não são os filhos naturais que são filhos de Deus, mas os filhos da promessa é que são considerados descendência de Abraão. <sup>9</sup>Pois foi assim que a promessa foi feita: "no tempo devido virei novamente, e Sara terá um filho". <sup>10</sup>E esse não foi o único caso; também os filhos de Rebeca tiveram um mesmo pai, nosso pai Isaque. <sup>11</sup>Todavia, antes que os gêmeos nascessem ou fizessem qualquer coisa boa ou má — a fim de que o propósito de Deus conforme a eleição permanecesse, <sup>12</sup>não por obras, mas por aquele que chama — foi dito a ela: "O mais velho servirá ao mais novo". <sup>13</sup>Como está escrito: "Amei Jacó, mas rejeitei Esaú". <sup>14</sup>E então, que diremos? Acaso Deus é injusto? De maneira nenhuma! <sup>15</sup>Pois ele diz a Moisés: "Terei misericórdia de quem eu quiser ter misericórdia e terei compaixão de quem eu quiser ter compaixão". <sup>16</sup>Portanto, isso não depende do desejo ou do esforço humano, mas da misericórdia de Deus. <sup>17</sup>Pois a Escritura diz ao faraó: "Eu o levantei exatamente com este propósito: mostrar em você o meu poder, e para que o meu nome seja proclamado em toda a terra". <sup>18</sup>Portanto, Deus tem misericórdia de quem ele quer, e endurece a quem ele quer. <sup>19</sup>Mas algum de vocês me dirá: "Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?" <sup>20</sup>Mas quem é você, ó homem, para questionar a Deus? "Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: 'Por que me fizeste assim?'" <sup>21</sup>"O oleiro não tem direito de fazer do mesmo barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso?" <sup>22</sup>E se Deus, querendo mostrar a sua ira e tornar conhecido o seu poder, suportou com grande paciência os vasos de sua ira, preparados para destruição? <sup>23</sup>Que dizer, se ele fez isto para tornar conhecidas as riquezas de sua glória aos vasos de sua misericórdia, que preparou de antemão para glória, <sup>24</sup>ou seja, a nós, a quem também chamou, não apenas dentre os judeus, mas também dentre os gentios? <sup>25</sup>Como ele diz em Oséias: "Chamarei 'meu povo' a quem não é meu povo; e chamarei 'minha amada' a quem não é minha amada", <sup>26</sup>e: "Acontecerá que, no mesmo lugar em que se lhes declarou: 'Vocês não são meu povo', eles serão chamados 'filhos do Deus vivo'". <sup>27</sup>Isaías exclama com relação a Israel: "Embora o número dos israelitas seja como a areia do mar, apenas o remanescente será salvo. <sup>28</sup>Pois o Senhor executará na terra a sua sentença, rápida e definitivamente". <sup>29</sup>Como anteriormente disse Isaías: "Se o Senhor dos Exércitos não nos tivesse deixado descendentes, já estaríamos como Sodoma, e semelhantes a Gomorra". <sup>30</sup>Que diremos, então? Os gentios, que não buscavam justiça, a obtiveram, uma justiça que vem da fé; <sup>31</sup>mas Israel, que buscava uma lei que trouxesse justiça, não a alcançou. <sup>32</sup>Por que não? Porque não a buscava pela fé, mas como se fosse por obras. Eles tropeçaram na "pedra de tropeço". <sup>33</sup>Como está escrito: "Eis que ponho em Sião uma pedra de tropeço e uma rocha que faz cair; e aquele que nela confia jamais será envergonhado". Romanos 9:1-33 (grifo pessoal).

A esquematização inicial do texto trata da soberania divina, conforme pode ser observado nos versículos 1 ao 8. A temática é retomada no versículo 32, que reesquematiza o problema posto, da soberania ou não de Deus em escolher os salvos, questão já discutida anteriormente, no versículo 6 ("pois nem todos descendentes de Israel são Israel") e no versículo 8 ("mas os filhos da promessa é que são considerados descendência de Abraão"). Retomando-se o esquema proposto por Adam (2019), pode-se dizer que o versículo 32 funciona como macroproposição explicativa 1 e 2, na medida em que traz pergunta e resposta: "Por que

não? Porque não a buscava pela fé, mas como se fosse por obras. Eles tropeçaram na "pedra de tropeço"". Assim, o segundo operador funciona como explicação do discurso teológico da eleição divina em resposta a ele. Por conseguinte, aquilo que o autor considera como macroproposição explicativa 3 é colocado a partir do enunciado interdiscursivo<sup>19</sup>, iniciado pelo item lexical “Eis”, versículo 33, no excerto "Eis que ponho em Sião uma pedra de tropeço e uma rocha que faz cair; e aquele que nela confia jamais será envergonhado". Assim, o modelo da sequência explicativa desenvolvido no texto dá ao leitor muito mais do que explicações, já que traz elucidações a partir de um ponto inicial ancorado na soberania divina. Ou seja, o ponto de partida coincide com uma avaliação final, que confirma o que inicialmente o autor queria expressar. Nas palavras de Adam (2019), isso é uma “ratificação-avaliação”.

### 3.5 O PROTÓTIPO DA SEQUÊNCIA DIALOGAL

Há relativo consenso entre os analistas da linguística textual quanto à composição dos quatro protótipos precedentes, em relação à estruturação de cada sequência, entretanto, quando o leitor se depara com um modo de composição aparentemente menos estruturado, como a sequência dialogal, poucos consideram sua classificação. Adam (2019) e Beaugrande (1980) estão entre os raros que defendem como incoerente colocar-se o diálogo-conversação à parte, pois entendem que essa sequência é um modo estruturado de textualização.

Os argumentos que fundamentam a opinião dos que não reconhecem a sequência dialogal são extensos e variados, e não cabe aqui apresentá-los exaustivamente. De modo geral, os que se posicionam contrariamente à categorização do diálogo como um protótipo textual têm como principal argumento o aspecto da aparente impressão de desordem e de heterogeneidade desse tipo de sequência. Adam (2019) refuta essa ideia contra-argumentando que “o diálogo é potencialmente de uma heterogeneidade comparável à da narrativa, com suas sequências descritivas, dialogais explicativas.” (p. 210). E, continua ele, por assim ser, a sequência dialogal é “... como forma textual, [...] apenas a mais evidente manifestação de um mecanismo enunciativo complexo”. (p. 211).

O caráter de complexidade do protótipo dialogal naturalmente conduz à mobilidade e à diversidade composicional dessa sequência, porém, ainda assim, Adam (2019), na sua proposta, tenta extrair o ‘núcleo duro’ – prototípico por excelência – do encadeamento das sequências dialogais. Segundo o autor,

---

<sup>19</sup> O enunciado é uma citação do Antigo Testamento, Isaías 8.14; 28.16

esse esquema prototípico não é, mais do que os precedentes, um esquema normativo. Sob a pressão da interação verbal, ele é, certamente, mais do que os precedentes, sujeito a elipses e realizações cuja incompletude é evidente. [...] Os especialistas estão de acordo em propor a existência de uma macrounidade: *o texto dialogal* – que eles preferem denominar “interação”, “incurso”, “evento de comunicação” ou ainda “encontro”. O texto dialogal pode ser definido como uma estrutura dialogal pode ser definido com uma estrutura hierarquizada de sequências chamada geralmente de “troca”. Dois tipos de sequências devem ser diferenciadas:

- as *sequências fáticas* de abertura e de término de uma interação,
  - as *sequências transacionais* que constituem o corpo da interação.
- (Adam, 2019, p. 219)

Com isso, Adam (2019) propõe uma descrição unificada do protótipo dialogal. Por certo, a estrutura de base dessa sequência é a mais elementar, uma vez que o texto dialogal pode ser definido como uma estrutura hierarquizada de sequências chamadas “de troca”, o que acontece por meio de sequências fáticas (de abertura e término de uma interação) e de sequências transacionais (que constituem o corpo da interação). Todavia, por conta de o elemento de interação ser essencialmente imprevisível, infere-se que essa heterogeneidade da atividade enunciativa tem por base a polifonia e o dialogismo.

A Bíblia é constituída por inúmeros tipos de textos, cuja enunciação é marcada pela interação. Considerando que o discurso religioso é marcado pela relação divino-humana, muitas vezes o diálogo acontece na forma de conselhos, utilizando, portanto, a forma injuntiva e procedural, a fim de incitar à ação humana para algum procedimento. Adam (2019, p. 253) entende que “a maioria das classificações tipológicas dá lugar a três grupos que vão dos textos injuntivos e procedurais às diferentes formas de conselhos”. Isso pode ser exemplificado na Bíblia a partir do seguinte excerto:

<sup>1</sup>Ao anjo da igreja em Sardes escreva: Estas são as palavras daquele que tem os sete espíritos de Deus e as sete estrelas. Conheço as suas obras; você tem fama de estar vivo, mas está morto. <sup>2</sup>Esteja atento! Fortaleça o que resta e que estava para morrer, pois não achei suas obras perfeitas aos olhos do meu Deus. <sup>3</sup>Lembre-se, portanto, do que você recebeu e ouviu; obedeça e arrependa-se. Mas se você não estiver atento, virei como um ladrão e você não saberá a que hora virei contra você. <sup>4</sup>No entanto, você tem aí em Sardes uns poucos que não contaminaram as suas vestes. Eles andarão comigo, vestidos de branco, pois são dignos. <sup>5</sup>O vencedor será igualmente vestido de branco. Jamais apagarei o seu nome do livro da vida, mas o reconhecerei diante do meu Pai e dos seus anjos. <sup>6</sup>Aquele que tem ouvidos ouça o que o Espírito diz às igrejas. <sup>7</sup>Ao anjo da igreja em Filadélfia escreva: Estas são as palavras daquele que é santo e verdadeiro, que tem a chave de Davi. O que ele abre ninguém pode fechar, e o que ele fecha ninguém pode abrir. <sup>8</sup>Conheço as suas obras. Eis que coloquei diante de você uma porta aberta que ninguém pode fechar. Sei que você tem pouca força, mas guardou a minha palavra e não negou o meu nome. <sup>9</sup>Vejam o que farei com aqueles que são sinagoga de Satanás e que se dizem judeus e não são, mas são mentirosos. Farei que se prostrem aos seus pés e reconheçam que eu ameie você. <sup>10</sup>Visto que você guardou a minha palavra de exortação à perseverança, eu também o guardarei da hora da provação que está para vir sobre todo o mundo, para pôr à prova os que habitam na terra. <sup>11</sup>Venho em breve! Retenha o que



você tem, para que ninguém tome a sua coroa. <sup>12</sup>Farei do vencedor uma coluna no santuário do meu Deus, e dali ele jamais sairá. Escreverei nele o nome do meu Deus e o nome da cidade do meu Deus, a nova Jerusalém, que desce do céu da parte de Deus; e também escreverei nele o meu novo nome. <sup>13</sup>Aquele que tem ouvidos ouça o que o Espírito diz às igrejas. <sup>14</sup>Ao anjo da igreja em Laodiceia escreva: Estas são as palavras do Amém, a testemunha fiel e verdadeira, o soberano da criação de Deus. <sup>15</sup>Conheço as suas obras, sei que você não é frio nem quente. Melhor seria que você fosse frio ou quente! <sup>16</sup>Assim, porque você é morno, nem frio nem quente, estou a ponto de vomitá-lo da minha boca. <sup>17</sup>Você diz: Estou rico, adquiri riquezas e não preciso de nada. Não reconhece, porém, que é miserável, digno de compaixão, pobre, cego e que está nu. <sup>18</sup>Dou-lhe este conselho: Compre de mim ouro refinado no fogo e você se tornará rico; compre roupas brancas e vista-se para cobrir a sua vergonhosa nudez; e compre colírio para ungir os seus olhos e poder enxergar. <sup>19</sup>Repreendo e disciplino aqueles que eu amo. Por isso, seja diligente e arrependa-se. <sup>20</sup>Eis que estou à porta e bato. Se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei e cearei com ele, e ele comigo. <sup>21</sup>Ao vencedor darei o direito de sentar-se comigo em meu trono, assim como eu também venci e sentei-me com meu Pai em seu trono. <sup>22</sup>Aquele que tem ouvidos ouça o que o Espírito diz às igrejas. Apocalipse 3:1-22

A organização da sequência dialogal que, segundo Adam (2019, p. 219), como já referido aqui, é formada por sequências fáticas (de abertura e de término de uma interação) e por sequências transacionais (que constituem o corpo do texto) pode ser exemplificada a partir do texto bíblico. Assim, o diálogo é organizado e iniciado por sequências fáticas como se observa nas saudações e fechamentos do discurso, nas seguintes passagens: no versículo 1, “ao anjo da igreja em Sardes escreva”; no versículo 6, “aquele que tem ouvidos ouça o que o Espírito diz às igrejas”; no versículo 7, “ao anjo da igreja em Filadélfia escreva”; no versículo 13, “aquele que tem ouvidos ouça o que o Espírito diz às igrejas”; no versículo 14, “ao anjo da igreja em Laodiceia escreva”; e no versículo 22, “aquele que tem ouvidos ouça o que o Espírito diz às igrejas”. Além disso, as mudanças de interlocutor e a nova temática também são critérios que evidenciam a caracterização de uma textualidade dialogal. Já a sequência transacional, que também organiza a sequência do diálogo, pode ser observada no corpo do texto, elaborado a partir de um discurso procedural, com o uso de verbos no imperativo como em “escreva” e de verbos no indicativo, que aproximam os interlocutores, como em “conheço as suas obras”.

Em conclusão a este capítulo assenta-se que os estudos aqui propostos sobre os gêneros textuais e os protótipos das cinco sequências textuais defendidas por Jean-Michael Adam (2019) contribuem teoricamente para a análise dos elementos textuais que caracterizam Jesus Cristo a partir dos Evangelhos Sinóticos, na medida em que contribuem na compreensão de como é a construção discursiva de um personagem na genealogia e, também, como as diferentes textualidades empregadas na genealogia categorizam e recategorizam os objetos de discurso.

# CAPÍTULO 4 - MATERIAL DE ANÁLISE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

## 4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA LINGUÍSTICA

O desenvolvimento desta dissertação adota o pressuposto teórico-metodológico da visão funcionalista da linguagem segundo o qual, conforme Givon (1995), a língua e sua estrutura não podem ser explicados ou descritos sem que seja considerado o contexto no qual estão inseridos. Nesta perspectiva, a teoria funcionalista aproveita os estudos da Linguística do texto, mais especificamente no que diz respeito à referenciação textual (HALLIDAY; HASAN, 1976; BEAUGRANDE; DRESSLER, 1996; KOCH; ELIAS, 2012; MARCUSCHI, 1983). Nessa proposta, estuda-se a referenciação entendida como uma “atividade discursiva” (MONDADA; DUBOIS, 2003; KOCH, 2004; KOCH; MARCUSCHI, 2005) por meio da qual os sujeitos constroem e reconstroem os objetos a que fazem referência, à medida que o discurso progride.

Neste trabalho o procedimento metodológico consiste, *a priori*, na seleção de excertos dos Evangelhos Sinóticos em que o referente Jesus Cristo é inserido e mantido na cadeia referencial do texto. Em seguida, procura-se identificar os mecanismos textuais referenciais, analisando como o emprego desses elementos são utilizados estrategicamente, por cada um dos evangelistas, para caracterizar a identidade de Jesus Cristo na textualidade dos Evangelhos. Por esse percurso metodológico, evidencia-se a convergência e a divergência entre os Evangelhos Sinóticos quanto à identidade de Jesus, na medida em que é colocada em cena a caracterização que cada um dos evangelistas faz do objeto de discurso Jesus Cristo.

O critério para a seleção de excertos dos Evangelhos foi o que apresentava genealogia. Por isso, a análise do evangelho de Mateus é feita a partir da genealogia de Jesus Cristo localizada em Mt. 1: 1-10. Busca-se nesse percurso depreender como o padrão de construção do referente Jesus opera efeitos de sentido que o molduram como ser divino acima de qualquer outra divindade.

Nessa mesma direção, analisa-se o esquema de referenciação de um excerto no Evangelho de Lucas, 2:23-38, que é outra genealogia de Jesus Cristo, porém com padrão de textualidade expressivamente distinto de Mateus. Enquanto o texto mateano mostra a linhagem de Jesus em uma escala ascendente, apresentando primeiro o pai e depois o filho, o texto lucano apresenta a linhagem em uma escala descendente, na medida em que fala primeiramente do filho e, posteriormente, do pai. Busca-se, ainda, analisar nessa narrativa o esquema de

referenciação do texto genealógico, percebendo os aspectos semânticos envolvidos na categorização e recategorização dos referentes que se inserem e que se mantêm na rede referencial.

Em cada análise são verificados os recursos textuais que formam a cadeia referencial do texto, a fim de que se compreenda o modo como o objeto de discurso Jesus vai sendo constituído à medida que o discurso progride. Roncarati (2010), mostrando que não há um modelo único de organização da cadeia referencial, afirma que “qualquer formulação sempre será provisória, adaptativa e variável, em função do tipo textual ou do gênero textual da fala ou da escrita com que estivermos lidando” (p. 80). Em outras palavras, os elementos que compõem a rede referencial podem ser “modificados ou expandidos” (KOCH; ELIAS 2012: p. 126) de acordo com os propósitos do falante ao produzir o discurso.

De qualquer maneira, na construção de uma cadeia referencial estão envolvidas estratégias de referenciação. Neste trabalho são estes os processos considerados: (i) a introdução de referente, que é estratégia pela qual o referente é ativado, ou entra, no enunciado; (ii) a nominalização, que se resolve pela anáfora associativa; (iii) a manutenção de referente, que é a estratégia pela qual um referente que já foi introduzido é retomado, uma ou mais vezes, pelos referenciadores textuais, na operação fundamental de manter a progressão referencial; (iv) a desfocalização de referente, que é a estratégia pela qual ocorre mudança de foco ao ser introduzido um novo referente. Ademais, analisam-se as sequências textuais narrativas sob a perspectiva de Adam (2019), que entende a composição textual do protótipo narrativo a partir de seis elementos constituintes, o que já foi apresentado no capítulo anterior.

Por esta via, analisam-se as genealogias que se encontram no Evangelho de Mateus e no de Lucas, buscando caracterizar e distinguir o modo como os variados recursos de textualidade categorizam o objeto de discurso Jesus Cristo em cada um desses textos.

## **4.2 A DELIMITAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO: O MATERIAL DE PESQUISA**

O *corpus* desta pesquisa são os Evangelhos Sinóticos. Essa designação se dá por conta de que os três livros, Mateus, Marcos e Lucas, apresentam muito material em comum e compartilham de uma perspectiva semelhante.<sup>20</sup> O Evangelho de João não é incluído no conjunto dos sinóticos, porque, se contrastado com os demais Evangelhos do cânon bíblico,

---

<sup>20</sup> No próximo capítulo, o conceito é elaborado de maneira mais detalhada.

demonstra outra perspectiva para os fatos da vida e ministério de Jesus Cristo e, também, por não apresentar genealogia.

De modo geral, os estudos bíblicos propõem que Marcos foi o primeiro Evangelho a ser redigido e que Mateus e Lucas seguiram o seu esboço (cf. Mc 2.1-22; Mt. 9.2-22; Lc. 5.18-38). Evidentemente Mateus e Lucas têm alguns materiais importantes em comum que não são encontrados em Marcos (p. ex. Mt. 9. 2-17; Lc. 5.18-38). Os estudiosos do texto bíblico indicam que as diferenças entre Marcos e Lucas existem devido à teoria das duas fontes<sup>21</sup>, isto é, o texto mateano e o lucano utilizaram-se de Marcos, bem como de uma coleção dos ditos e ensinamentos de Jesus, na composição de seus Evangelhos.

O Evangelho de Marcos começa com o surgimento de João Batista, proclamando o reino de Deus, e atinge seu clímax num confronto dramático entre Jesus e os líderes religiosos de Jerusalém. A confissão do apóstolo Pedro em Cesareia de Filipe (8, 27-30) sugere a temática desenvolvida na narrativa: Jesus, o poderoso arauto do Reino de Deus.

Considerando-se ainda a composição dos Evangelhos sinóticos, Mateus constrói sua narrativa a partir do que Marcos escreveu e, além disso, reconta a história de Jesus introduzindo elementos particulares no texto de Mateus: por exemplo, Mateus inicia a sua narrativa com um relato inédito da genealogia<sup>22</sup> de Jesus Cristo.

Por fim, o Evangelho narrado segundo Lucas é o que apresenta o relato mais ordenado dos passos de Jesus na terra. É importante notar que o livro de Lucas é parte de uma narrativa mais ampla, pois é completado por uma sequência de narrações que descrevem os ‘Atos dos apóstolos’. Matera (2003) sugere que a maneira como Lucas ordenou os acontecimentos de sua história produz uma trama narrativa que pode ser resumida da seguinte maneira:

O Messias de Deus vem ao seu povo Israel como Filho de Deus ungido pelo Espírito com uma oferta graciosa de salvação: o perdão dos pecados. Apesar dessa oferta misericordiosa, Israel não se arrepende. Ainda assim, sai rejeição do Messias cumpre paradoxalmente o plano de Deus de que o Messias deve sofrer para entrar em sua glória, de modo que o arrependimento e o perdão possam ser pregados em seu nome a todas as nações. (p. 85)

Considerando-se que o que nos interessa é verificar as diferentes textualidades nas genealogias e que apenas dois Evangelhos possuem esse registro, Mateus e Lucas constitui-se, pois, como a delimitação do material de pesquisa.

---

<sup>21</sup> Essa questão também é discutida na seção “Problema Sinótico”.

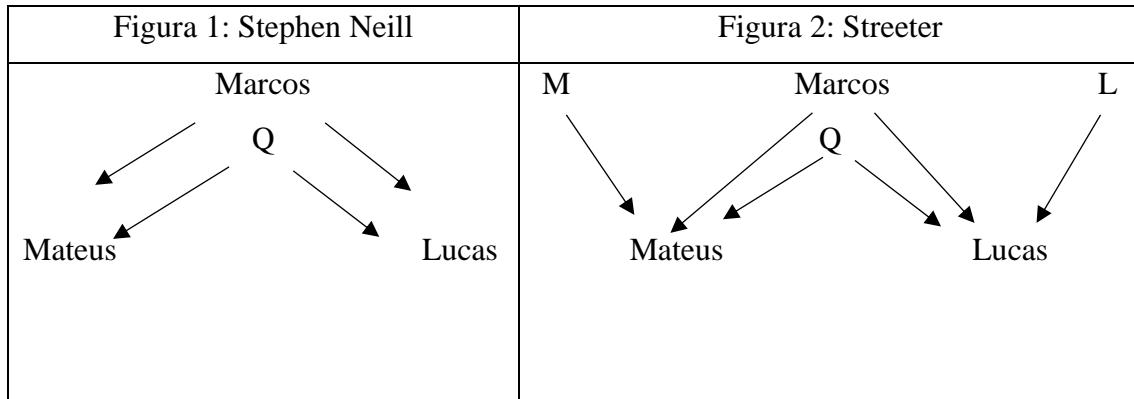
<sup>22</sup> Esta será a perícopeselecionada para analisar os processos discursivos de referenciação no Evangelho de Mateus.

### 4.3 O PROBLEMA SINÓTICO

Pode-se iniciar com a pergunta sobre qual a razão para que diferentes pessoas escrevam textos, muitas vezes tão semelhantes, ora em relação à textualidade, ora em relação à temática, ou, ainda, em relação aos personagens. Muitas vezes os autores desses textos situam-se em épocas distintas, como é o caso de William Golding, autor de *Senhor das Moscas* e Robert Louis Stevenson, autor de *A Ilha do Tesouro* que têm vários traços em comuns, embora quase 70 anos os separem, ou seja, embora seus autores nem sequer contemporâneos tenham sido. Outros exemplos poderiam entrar nesta lista, mas, por ora, pretende-se avaliar essa problemática no contexto dos Evangelhos conhecidos como sinóticos, a saber, Mateus, Marcos e Lucas. São três narrativas, as mesmas temáticas, autores diferentes, perspectivas e textualidades distintas.

Ao longo dos tempos, tem havido diferentes visões dessas três narrativas, quanto à forma como cada uma apresenta o Evangelho. A discussão está em torno de uma questão conhecida como problema sinótico, que se refere à relação entre os três Evangelhos, envolvendo questões como: qual dos três teria sido escrito primeiro; quem teria influenciado quem; se haveria alguma outra fonte para além do cânon. Discussões como estas são comuns entre os teólogos na tentativa de entender as contradições textuais em torno do referente Jesus.

Em primeiro lugar, faz-se necessário definir a ideia de sinótico, que tem origem no grego Συνοπτική (do adjetivo *sunoptikós.é.ón*) que, de forma mais ou menos fiel, pode significar “algo visto junto”, ou, “algo semelhante”. Para além de uma definição, o intuito é mostrar que existe um problema antigo, pensado por filósofos como Santo Agostinho, e, ainda, abordado nos estudos de diversos teólogos, como alguns do século XX. Stephen Neill e Streeter são exemplos de teólogos que observaram esse problema nos Evangelhos (BLOMBERG, 2019, p. 42-43). Para o primeiro, o Evangelho de Marcos é uma fonte primária, enquanto Mateus e Lucas são compostos a partir de Marcos e de uma segunda fonte, denominada “Q, por causa da palavra alemã *Quelle*, que significa “fonte”” (BLOMBERG, 2019, p. 44). Já Streeter (1925, *apud* Blomberg, 2019) considera a hipótese de que Mateus e Lucas são formados não só a partir de Marcos e Q, mas também a partir de uma outra fonte de tradição confiável, provavelmente oral. A partir do esquema proposto por Blomberg (2019, p. 44), é possível verificar a diferença mostrada pelos dois autores:



De maneira geral, é possível entender que o problema sinótico se situa exatamente na relação entre os autores, os textos e os lugares ocupados por eles em tempos específicos. Ou seja: Quem tomou informação de quem para que os textos tivessem dados tão semelhantes em relação às suas narrativas, embora com elementos distintos? Quem escreveu primeiro? Ou ainda: Quem estabeleceu diálogo com a tradição oral e utilizou esses dados para a escrita?

Questionamentos como esses são frequentes entre os estudiosos, cujas respostas nem sempre são pontuais. As hipóteses são muitas, sendo a maioria delas plausíveis. Citamos acima apenas duas, construídas ainda no século XX. No entanto, ao longo de tempos, a questão tem sido tratada segundo diversas metodologias no estudo do Evangelho, tais como a crítica da forma, de Rudolf Bultmann; a memorização da tradição, de Harald Riesenfeld; a crítica da redação, de Richard e Kendall; entre outros (BLOMBERG, 2019). Esses estudos metodológicos têm por objetivo lidar com as diferentes textualidades nos Evangelhos sinóticos.

O problema das diversas configurações entre os Evangelhos é tratado nesta dissertação, na medida em que as análises lidam com duas genealogias construídas em torno do mesmo referente, Jesus Cristo, todavia caracterizado de modo diferente em cada uma delas. Trata-se de uma questão que não é exclusiva do texto genealógico dos Evangelhos, pode-se perceber essa mesma problemática ao longo das diversas narrativas presentes nos Evangelhos.

A título de exemplo, apresentam-se a seguir três narrativas que lidam com um mesmo fato, porém com perspectivas diferentes em cada uma.

Mateus 21: 33-46	Marcos 12:1-12	Lucas 20: 9-19
<p>"Ouçam outra parábola: Havia um proprietário de terras que plantou uma vinha. Colocou uma cerca ao redor dela, cavou um tanque para pensar as uvas e construiu uma torre. Depois arrendou a vinha a alguns lavradores e foi fazer uma</p>	<p>Então Jesus começou a lhes falar por parábolas: "Certo homem plantou uma vinha, colocou uma cerca ao redor dela, cavou um tanque para pensar as uvas e construiu uma torre. Depois arrendou a vinha a alguns lavradores e foi</p>	<p>Então Jesus passou a contar ao povo esta parábola: "Certo homem plantou uma vinha, arrendou-a a alguns lavradores e ausentou-se por longo tempo. Na época da colheita, ele enviou um servo aos</p>

<p>viagem. Aproximando-se a época da colheita, enviou seus servos aos lavradores, para receber os frutos que lhe pertenciam. "Os lavradores agarraram seus servos; a um espancaram, a outro mataram e apedrejaram o terceiro. Então enviou-lhes outros servos em maior número, e os lavradores os trataram da mesma forma. Por último, enviou-lhes seu filho, dizendo: 'A meu filho respeitirão'.</p> <p>"Mas quando os lavradores viram o filho, disseram uns aos outros: 'Este é o herdeiro. Venham, vamos matá-lo e tomar a sua herança'. Assim eles o agarraram, lançaram-no para fora da vinha e o mataram.</p> <p>"Portanto, quando vier o dono da vinha, o que fará àqueles lavradores? "</p> <p>Responderam eles: "Matará de modo horrível esses perversos e arrendará a vinha a outros lavradores, que lhe deem a sua parte no tempo da colheita".</p> <p>Jesus lhes disse: "Vocês nunca leram nas Escrituras? 'A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular; isso vem do Senhor, e é algo maravilhoso para nós'.</p> <p>"Portanto eu lhes digo que o Reino de Deus será tirado de vocês e será dado a um povo que dê os frutos do Reino. Aquele que cair sobre esta pedra será despedaçado, e aquele sobre quem ela cair será reduzido a pó".</p> <p>Quando os chefes dos sacerdotes e os fariseus ouviram as parábolas de Jesus, compreenderam que ele falava a respeito deles. E procuravam um meio de prendê-lo; mas tinham medo das multidões, pois elas o consideravam profeta.</p>	<p>fazer uma viagem. Na época da colheita, enviou um servo aos lavradores, para receber deles parte do fruto da vinha.</p> <p>Mas eles o agarraram e espancaram, e o mandaram embora de mãos vazias. Então enviou-lhes outro servo; e lhe bateram na cabeça e o humilharam.</p> <p>E enviou ainda outro, o qual mataram. Enviou muitos outros; em alguns bateram, a outros mataram.</p> <p>"Faltava-lhe ainda um para enviar: seu filho amado. Por fim o enviou, dizendo: 'A meu filho respeitirão'.</p> <p>"Mas os lavradores disseram uns aos outros: 'Este é o herdeiro. Venham, vamos matá-lo, e a herança será nossa'.</p> <p>Assim eles o agarraram, e o mataram, e o lançaram para fora da vinha.</p> <p>"O que fará então o dono da vinha? Virá e matará aqueles lavradores e dará a vinha a outros.</p> <p>Vocês nunca leram esta passagem das Escrituras? 'A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular; isso vem do Senhor, e é algo maravilhoso para nós' ".</p> <p>Então começaram a procurar um meio de prendê-lo, pois perceberam que era contra eles que ele havia contado aquela parábola. Mas tinham medo da multidão; por isso o deixaram e foram embora.</p>	<p>lavradores, para que lhe entregassem parte do fruto da vinha. Mas os lavradores o espancaram e o mandaram embora de mãos vazias. Ele mandou outro servo, mas a esse também espancaram e o trataram de maneira humilhante, mandando-o embora de mãos vazias. Enviou ainda um terceiro, e eles o feriram e o expulsaram da vinha.</p> <p>"Então o proprietário da vinha disse: 'Que farei? Mandarei meu filho amado; quem sabe o respeitirão'.</p> <p>"Mas quando os lavradores o viram, combinaram entre si dizendo: 'Este é o herdeiro. Vamos matá-lo, e a herança será nossa'.</p> <p>Assim, lançaram-no fora da vinha e o mataram. "O que lhes fará então o dono da vinha? Virá, matará aqueles lavradores e dará a vinha a outros".</p> <p>Quando o povo ouviu isso, disse: "Que isso nunca aconteça! "</p> <p>Jesus olhou fixamente para eles e perguntou: "Então, qual é o significado do que está escrito? 'A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular'.</p> <p>Todo o que cair sobre esta pedra será despedaçado, e aquele sobre quem ela cair será reduzido a pó".</p> <p>Os mestres da lei e os chefes dos sacerdotes procuravam uma forma de prendê-lo imediatamente, pois perceberam que era contra eles que ele havia contado essa parábola. Todavia tinham medo do povo.</p>
--	--	--

Como se vê, nenhum dos autores sinóticos registra a narrativa de modo igual, o que há em comum é tratar-se de parábolas relacionadas à pessoa de Jesus. Em Mateus, um texto mais longo, há ênfase nos sacerdotes e nos fariseus que ouviam a parábola. Em Marcos, texto mais curto, o foco está na parábola dos lavradores contada por Jesus e no fato de os sacerdotes, os mestres da lei e os anciãos temerem a multidão. Em Lucas, há um traço distintivo, na medida em que o autor faz referência ao Salmo 118:22, evidenciando uma relação entre o referente “pedra angular” e outros referentes “todo o que cair sobre esta pedra será despedaçado”.

Ao lidar com as questões que envolvem o problema sinótico, Blomberg (2019) entende que

há, portanto, amplos motivos para crer que em todas as principais seções de seus Evangelhos, os três autores Sinóticos dependeram de fontes antigas quanto às informações que registraram. O receio de certos cristãos de que, de alguma maneira, a “crítica das fontes” exija a conclusão de que não se pode confiar nos Evangelhos ou de que não foram inspirados pelo Espírito é infundado. A crítica das fontes não pode demonstrar que os primeiros relatos das várias partes da vida de Jesus eram totalmente fidedignos, mas pode sugerir que aqueles relatos surgiram em uma época e em um lugar em que ainda viviam muitos que conheceram Jesus pessoalmente. (2019, p. 53)

No entanto, a intenção desta pesquisa não é a discussão aprofundada desse problema que permeia o estudo teológico em relação aos Evangelhos sinóticos, mas a percepção sobre a forma como esses Evangelhos se comportam no que se refere à textualidade, o que aproxima este trabalho de um estudo metodológico de textos narrativos de Osborne (2009), nos quais o autor afirma que as alterações entre os Evangelhos trazem pistas importantes para a compreensão dos diferentes propósitos e características estilísticas do autor bíblico (2009, p. 279).

Assim, os questionamentos iniciais do princípio desta seção não estão resolvidos e, portanto, os estudos sobre o problema sinótico continuam a ser tema de vários teólogos. No entanto, entende-se que, por via de uma apreciação linguística de base funcional, a despeito do problema sinótico, é possível chegar a uma conclusão preliminar de que o encaminhamento de organização referencial de cada evangelista na construção da genealogia de Jesus permite uma distinção significativa das diferentes caracterizações discursivas do referente Jesus Cristo a partir dos diferentes Evangelhos Sinóticos.



## **PARTE III - AS ANÁLISES**

## CAPÍTULO 5 - O PROCESSAMENTO TEXTUAL DISCURSIVO NOS EVANGELHOS SINÓTICOS

### 5.1 PROCESSOS REFERENCIAIS NO EVANGELHO DE MATEUS

O Evangelho de Mateus é o primeiro livro do cânon no Novo Testamento. A narrativa conta a história da vida e ministério de Jesus, iniciado na Galileia, onde proclama o reino dos céus, e terminado em Jerusalém, onde os chefes religiosos o entregam a Pilatos, que o crucificou como rei dos judeus.

De modo geral, o desenvolvimento da narrativa mateana começa com um relato da genealogia de Jesus e dos acontecimentos sobrenaturais que envolvem o seu nascimento. A partir do capítulo 3, até o 24, desenvolve-se a temática do reino de Deus, assim como a sua inauguração, a sua natureza, a sua autoridade, a sua benção e o seu julgamento. Na parte final (capítulos 26 até o 28), lê-se sobre a paixão, ressurreição de Cristo e o comissionamento que ele faz aos seus discípulos e discípulas para pregar e ensinar o Evangelho a todas as nações da terra.

Considerando-se que o empreendimento analítico deste trabalho é perceber como os elementos de textualização, mais precisamente os processos de referenciação que caracterizam o referente Jesus Cristo a partir do protótipo da sequência textual narrativa, apresentamos abaixo a construção linguística encontrada na genealogia do Evangelho de Mateus 1. 1-10 em que se lê o seguinte:

Registro da genealogia de Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão: Abraão gerou Isaque; Isaque gerou Jacó; Jacó gerou Judá e seus irmãos; Judá gerou Perez e Zerá, cuja mãe foi Tamar; Perez gerou Esrom; Esrom gerou Arão; Arão gerou Aminadabe; Aminadabe gerou Naassom; Naassom gerou Salmom; Salmom gerou Boaz, cuja mãe foi Raabe; Boaz gerou Obede, cuja mãe foi Rute; Obede gerou Jessé; e Jessé gerou o rei Davi. Davi gerou Salomão, cuja mãe tinha sido mulher de Urias; Salomão gerou Roboão; Roboão gerou Abias; Abias gerou Asa; Asa gerou Josafá; Josafá gerou Jorão; Jorão gerou Uzias; Uzias gerou Jotão; Jotão gerou Acaz; Acaz gerou Ezequias; Ezequias gerou Manassés; Manassés gerou Amom; Amom gerou Josias; e Josias gerou Jeconias e seus irmãos, no tempo do exílio na Babilônia. Depois do exílio na Babilônia: Jeconias gerou Salatiel; Salatiel gerou Zorobabel; Zorobabel gerou Abiúde; Abiúde gerou Eliaquim; Eliaquim gerou Azor; Azor gerou Sadoque; Sadoque gerou Aquim; Aquim gerou Eliúde; Eliúde gerou Eleazar; Eleazar gerou Matã; Matã gerou Jacó; e Jacó gerou José, marido de Maria, da qual nasceu Jesus, que é chamado Cristo. Assim, ao todo houve catorze gerações de Abraão a Davi, catorze de Davi até o exílio na Babilônia e catorze do exílio até o Cristo.

Em relação à textualidade da genealogia no Evangelho de Mateus, verifica-se que ela é constituída a partir do protótipo de sequência textual narrativa. Partindo do pressuposto teórico

apresentado por Adam (2019), são necessários seis constituintes para que haja uma narrativa: sucessão de acontecimentos, unidade temática, predicado transformado, unidade de um processo, causalidade narrativa da colocação em intriga e uma avaliação final. A composição textual da sequência narrativa em Mateus apresenta essa constituição, conforme se observa a seguir.

Jesus Cristo é inserido no primeiro versículo como o filho de Davi, filho de Abraão. Esse enunciado serve como título da narrativa, e, nos versículos posteriores (2- 17), tem-se o ciclo de acontecimentos a partir da sucessão genealógica de Israel. Cada nome citado representa uma geração do povo judeu (Abraão gerou Isaque; Isaque gerou Jacó; Jacó gerou Judá e seus irmãos; ...). A temporalidade é marcada pelo verbo no pretérito perfeito (“gerou”) e remonta (catorze gerações de Abraão a Davi, catorze de Davi até o exílio na Babilônia e catorze do exílio até o Cristo). Essa linha temporal é conduzida por uma tensão percebida através da intertextualidade, uma vez que, ao longo do Antigo Testamento, a promessa do Messias era veiculada na religiosidade judaica. Por isso, o anúncio de que Cristo nasce representa a tensão do povo, que de geração em geração esperava pelo salvador.

A unidade temática é constituída por sujeitos variados, no entanto o sujeito que opera a unidade de ação, ou a unidade da história é o personagem Jesus Cristo, na medida que a narrativa é iniciada a partir dele (registro da genealogia de Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão) e é encerrada por Ele (“e Jacó gerou José, marido de Maria, da qual nasceu Jesus, que é chamado Cristo”).

Considerando-se que os primeiros leitores do Evangelho de Mateus são judeus com profunda experiência religiosa e conhecimento da Torá, a lei de Moisés, logo é possível compreender o caráter intertextual da narrativa. Os primeiros leitores, os judeus, leem o Evangelho e são remetidos a toda narrativa do Antigo Testamento, e, por isso, o registro de que Jesus Cristo é filho de Abrão e de Davi conduz os leitores às promessas de Deus, a Israel, de que o salvador anunciado por Deus (Gênesis 3.15) viria através do chamado de Deus a Abraão em (Gênesis 12.1-9) e da linhagem de Davi (Isaías 11.1).

Assim, a situação inicial do sujeito Jesus é observada através da constatação de um anúncio de Deus feito no passado por meio dos profetas no Antigo Testamento. Com o passar das gerações, mais perto se aproximava a chegada do Messias que, depois de “catorze gerações de Abraão a Davi, catorze de Davi até o exílio na Babilônia e catorze do exílio até o Cristo”, nasce milagrosamente do ventre de Maria, transformando a promessa em realidade.

Assim, Jesus é anunciado como a materialização da promessa divina do Antigo Testamento. O processo de transformação do personagem Jesus se dá por meio de seu

nascimento milagroso, (“de Maria, da qual nasceu Jesus, que é chamado Cristo”), pois a gravidez de Maria não acontece a partir de uma relação sexual, mas sim por obra divina. Com isso, o desfecho é que Jesus é essencialmente singular, diferente de todos os que o precederam, porque ele não foi gerado, nasceu sobrenaturalmente.

A avaliação final da narrativa pode ser percebida de modo simbólico na genealogia por meio do conjunto numérico sete + sete = catorze (“Assim, ao todo houve catorze gerações de Abraão a Davi, catorze de Davi até o exílio na Babilônia e catorze do exílio até o Cristo”). O número sete é bastante representativo na linguagem bíblica, pois expressa, entre outras coisas, perfeição. Por exemplo, logo no início, observa-se que Deus fez a criação (criação e dia de descanso) em sete dias: “E, havendo Deus terminado no dia sétimo a sua obra, que fizera, descansou nesse dia de toda a sua obra que tinha feito” (Gênesis 2:2). Notadamente, o aspecto simbólico é a perfeição de Deus. Assim é a avaliação da narrativa, Jesus é singular, perfeito, pois, conquanto seja um homem comum (inserido no espaço e no tempo) é divinamente humano.

Nessa genealogia, o autor faz a introdução do referente logo no início do texto por meio do nome próprio Jesus. (versículo 1: Registro da genealogia de Jesus Cristo.) Como se observa nesse texto genealógico, a progressão textual no Evangelho mateano é bastante particular, pois se afasta do padrão geral de manutenção referencial, isto é, inserção, manutenção e retomada de referentes pois, nesse caso particular, o padrão se dá por meio da repetição de nome próprio com o seguinte esquema: nome próprio (sujeito) / verbo no pretérito perfeito (gerou) / nome próprio (objeto).

Dessa maneira, o modo de manutenção do referente constitui-se, pois, por meio da repetição de nomes próprios. Desse modo, o leitor não precisa rastrear mentalmente um referente anterior, por conta de que a rede referencial vem mapeada no texto por meio de um fluxo gramatical (nome próprio + verbo no pretérito + nome próprio) e também pela representação histórica que cada nome evoca. Afinal, a sucessão dos nomes próprios, ao longo do discurso, indica a linhagem histórica da nação judaica iniciada em Abraão e culminada em Jesus. (versículo 17, “Assim, ao todo houve catorze gerações de Abraão a Davi, catorze de Davi até o exílio na Babilônia e catorze do exílio até o Cristo.”)

Assim, significativamente, nessa genealogia a manutenção referencial não se faz por anáfora e sim por nova identificação, um procedimento que singulariza a textualidade, na genealogia do Evangelho de Mateus. Como propõe Neves (2013, p. 52), o nome próprio, em geral, pressupõe que o ouvinte seja capaz de identificar o referente como único no universo discursivo, ou seja, ele leva à “identificação plena do referente (grau máximo de identificação).”

O que se obtém com esse expediente é a particularização do referente Jesus. Assim, no evangelho de Mateus, a identidade de Jesus se particulariza como fixada na história de Israel, e assim se estabelecem suas credenciais como o Messias, filho de Davi, filho de Abraão (1, 1 – 17).

A cadeia referencial mapeada a partir dos nomes próprios, na genealogia do evangelho de Mateus, inclui toda a extensão da história de Israel: quatorze gerações de Abraão a Davi, quatorze gerações de Davi ao exílio babilônico e quatorze gerações do exílio até o Messias. De acordo com Machado (2013), ao atribuir um nome a um personagem bíblico, o autor pressupõe o papel dele na significação textual bíblica. Como diz o autor:

é claro que o Nome pode vir a agir sobre o personagem e mesmo modificá-lo, mas, quando isso ocorre, tal fato só vem confirmar que a coerência interna do texto exige que o Nome signifique. É lícito supor que, em grande parte dos casos, o Nome do personagem é anterior à página escrita. Assim sendo, ele terá forçosamente que desempenhar um papel na produção dessa página, na gênese do texto. Não vem ao caso discutir se esse desdobramento do Nome no texto é ou não consciente por parte do autor. Em primeiro lugar, porque, mesmo que não seja consciente, não é obra do acaso nem ocorrência acidental. (MACHADO, 2013, p. 30)

Essa verificação de que o nome do personagem é um dado anterior à página escrita pode ser facilmente observada no texto em análise, na medida em que o referente Jesus é ativado no título da genealogia (Registro da genealogia de Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão), o que já indica sua centralidade na situação discursiva.

Uma vez identificados os referentes ativados por meio de nomes próprios na cadeia referencial do Evangelho mateano, é também necessário analisar o sintagma nominal utilizado na sequência do texto, (versículo 1, Jesus, filho de Davi) a fim de perceber a caracterização discursiva do referente, partindo-se do pressuposto de que o sintagma nominal com substantivo comum como núcleo geralmente indica um direcionamento argumentativo.

Nesse recorte do Evangelho de Mateus, o evangelista deixa no discurso marcas que dão ao leitor a identidade do objeto de discurso Jesus. Assim, ao ler-se, no versículo 1, a expressão ( “Registro da genealogia de Jesus Cristo, filho de Davi” ), pode-se verificar que o sintagma nominal destacado registra, por via referencial, uma informação descritiva do referente, ou seja, ele aponta que Jesus, chamado de Cristo, é o Messias prometido que veio salvar o povo de Deus dos pecados (1.21 – “Ela dará à luz um filho, e você deverá dar-lhe o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos seus pecados”).

Ao iniciar a construção da cadeia referencial por meio da retomada de nomes próprios, o autor introduz o nome José, pai de Jesus. Ocorre que o padrão de textualização subverte a sequencialidade histórica, pois não se narra que, sequencialmente, “Jacó gerou José e José gerou Jesus” como era de esperar, mas declara-se: “e Jacó gerou José, o esposo de Maria, da qual nasceu Jesus chamado Cristo” (1,16). Essa construção mostra que o referente Jesus é categorizado como diferente de toda a humanidade, especificamente como uma divindade, não simplesmente inscrito na linha biológica de descendência de José.

A narrativa mostra ainda que Deus aparece a José em sonho e explica que o filho de Maria foi concebido do Espírito Santo. Então o anjo instrui José a chamar a criança de Jesus, que salvará o povo de seus pecados. (1,21). Segundo o evangelista isso aconteceu para cumprir-se o que Deus disse pela voz do profeta: que uma virgem conceberia um filho, que seria chamado com o nome de Emanuel, “Deus conosco”. (1,23)

Com isso, pois, levando-se em conta o contexto do Evangelho, judeus que encontram um novo significado da fé hebraica em Jesus, bem como o referente Jesus, o autor oferece aos leitores um retrato da identidade de Jesus como o Messias davídico, o filho de Deus, que corporifica as esperanças e as aspirações de seu povo Israel (cf. 1;21. 12,18-21. 21;5 27;37). Ademais, a estratégia textual de introduzir o referente Jesus com o sintagma nominal “Cristo” no início e no fim da progressão textual indica que o homem-Deus é o começo, o meio e o fim da história do povo hebreu. Embora todos os personagens da genealogia sejam representativos na comunidade judaica, Jesus ultrapassa os limites da humanidade assumindo a identidade celestial.

Assim, o Evangelho de Mateus é uma criação discursiva em que o objeto de discurso Jesus Cristo é categorizado nas tramas da textualidade genealógica como distinto de todos os seres humanos, pois, ainda que seja mais um da espécie humana, ele é diferente de todos os ícones da tradição hebraica, (catorze gerações de Abraão a Davi, catorze de Davi até o exílio na Babilônia e catorze do exílio até o Cristo) na medida em que sua natureza não é originária da mesma fonte que os humanos. Jesus nasceu da virgem Maria.

A configuração sintática ao longo do texto tem a seguinte estrutura: os nomes próprios são encaixados como sujeito e objeto direto ao longo do texto (Abraão gerou Isaque; Isaque gerou Jacó; Jacó gerou Judá e seus irmãos; Judá gerou Perez e Zerá, cuja mãe foi Tamar; Perez gerou Esrom; Esrom gerou Arão; Arão gerou ...). Esse padrão é rompido quando o nome Jesus Cristo é dito novamente no versículo 16 (e Jacó gerou José, marido de Maria, da qual nasceu Jesus, que é chamado Cristo), pois diferentemente dos nomes anteriores que funcionam sintaticamente como sujeito e objeto, o sintagma Jesus Cristo opera apenas como sujeito. Por

esse enquadramento, o efeito semântico de singularidade atribuído ao objeto de discurso Jesus Cristo é estabelecido mesmo que o referente não seja mantido ao longo da cadeia textual por processos referenciais mais comuns, como por exemplo, anáfora. Assim, Cristo é reativado na cadeia textual por repetição do referente, sendo caracterizado como mais significativo do que todos os nomes da tradição hebraica.

A análise da montagem da rede referencial no texto mateano mostra que entender os mecanismos de referenciação vai além de simplesmente compreender um modo de construção textual. Na verdade, por meio da referenciação textual há uma atividade discursiva em que o enunciador se utiliza de elementos textuais esquematicamente organizados para um propósito de categorização de Jesus Cristo como o Messias prometido e salvador celestial.

Além dos Evangelhos, outras partes do cânon, por exemplo o texto apocalíptico (Apocalipse 22.13) veiculam essa ideia ao dizer que Jesus é “o Alfa e o Ômega, o Primeiro e o Último, O Princípio e o Fim. As cartas do apóstolo Paulo, sobretudo a endereçada aos Colossenses 1. 15-20, adotam a mesma linha discursiva ao referir-se à supremacia de Cristo sobre todas as divindades:

Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação, pois nele foram criadas todas as coisas nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos ou soberanias, poderes ou autoridades, todas as coisas foram criadas por ele e para ele. Ele é antes de todas as coisas, e nele tudo subsiste. Ele é a cabeça do corpo, que é a igreja; é o princípio e o primogênito dentre os mortos, para que em tudo tenha supremacia. Pois foi do agrado de Deus que nele habitasse toda plenitude, por meio dele reconciliasse consigo todas as coisas, tanto as que estão na terra quanto as que estão nos céus, estabelecendo a paz pelo seu sangue derramado na cruz.

Assim, o Evangelho de Mateus categoriza o objeto de discurso Jesus Cristo como um rei messiânico, cuja construção referencial é percebida não só na genealogia mateana, mas em outros livros do Novo Testamento, conforme se observa na carta paulina acima, o que demonstra que o Evangelho serve como referência para a teologia do Novo Testamento como um todo.

## **5.2 PROCESSOS REFERENCIAIS NO EVANGELHO DE LUCAS**

O Evangelho narrado segundo Lucas inicia-se com um parágrafo clássico, um prólogo<sup>23</sup> formal, em que o narrador expõe o objetivo do seu Evangelho, que é informar sobre os

---

<sup>23</sup> Lucas 1, 1 – 4

acontecimentos relativos à vida e à obra de Jesus (“Eu mesmo investiguei tudo cuidadosamente, desde o começo, e decidi escrever-te um relato ordenado, ó excelentíssimo Teófilo, para que tenhas a certeza das coisas que te foram ensinadas”). De fato, comparado com os outros livros do conjunto Sinótico, Marcos e Mateus, o Evangelho de Lucas é uma narrativa mais concatenada, pois é quase uma vez e meia maior do que o de Marcos e, ao que parece, além da fonte “Q”<sup>24</sup> (fonte encontrada também em Mateus), tem uma fonte exclusiva, chamada de fonte “L”<sup>25</sup>. O registro utilizado no texto assemelha-se ao da Septuaginta, a tradução em grego do Antigo Testamento, o que mostra um caráter de erudição do autor do Evangelho, que pode ser esboçado nos seguintes passos:

- 1,5-2,52: O nascimento e infância do Messias de Deus.
- 3,1-4,13: A aparição inicial do Messias de Deus
- 4,14-9,50: O ministério do Messias de Deus na Galileia.
- 9,51-19,44: A viagem do Messias de Deus a Jerusalém.
- 22,1-24,53: A paixão, morte, ressurreição e ascensão do Messias de Deus.

Segundo Matera (2003), a maneira como Lucas ordenou os acontecimentos de sua história produz uma narrativa cuja trama pode ser resumida da seguinte maneira:

O Messias de Deus vem ao seu povo Israel como o Filho de Deus ungido pelo Espírito com uma oferta graciosa de Salvação: o perdão dos pecados. Apesar dessa oferta misericordiosa, Israel não se arrepende. Ainda assim, sua rejeição do Messias cumpre paradoxalmente o plano de Deus de que o Messias deve sofrer para entrar em sua glória, de modo que o arrependimento e o perdão possam ser pregados em seu nome a todas as nações. (p. 85)

Ao registrar que o perdão e o arrependimento são desprezados pelos israelitas, a narrativa fornece uma pista para o enredo do segundo livro de Lucas, Atos dos Apóstolos<sup>26</sup>. Com isso, entende-se que o Evangelho de Lucas é a primeira parte de uma narrativa que conta a história de e sobre Jesus.

Considerando que o empreendimento analítico deste trabalho é estudar como os elementos de textualização, mais precisamente os processos de referenciação, enquanto atividade discursiva, caracterizam o referente “Jesus”, apresenta-se adiante a construção linguística registrada no Evangelho de Lucas, 3. 21-37, que é a Genealogia de Jesus Cristo.

---

<sup>24</sup> Discutido na seção Problema Sinótico.

<sup>25</sup> Discutido na seção Problema Sinótico.

<sup>26</sup> Este livro não se enquadra nos Evangelhos.



21Quando todo o povo estava sendo batizado, também Jesus o foi. E, enquanto ele estava orando, o céu se abriu 22e o Espírito Santo desceu sobre ele em forma corpórea, como pomba. Então veio do céu uma voz: “Tu és o meu Filho amado; em ti me agrado”. 23Jesus tinha cerca de trinta anos de idade quando começou seu ministério. Ele era, como se pensava, filho de José, filho de Eli, 24filho de Matate, filho de Levi, filho de Melqui, filho de Janai, filho de José, 25filho de Matatias, filho de Amós, filho de Naum, filho de Esli, filho de Nagai, 26filho de Máate, filho de Matatias, filho de Semei, filho de Joseque, filho de Jodá, 27filho de Joanã, filho de Ressa, filho de Zorobabel, filho de Salatiel, filho de Neri, 28filho de Melqui, filho de Adi, filho de Cosã, filho de Elmadã, filho de Er, 29filho de Josué, filho de Eliézer, filho de Jorim, filho de Matate, filho de Levi, 30filho de Simeão, filho de Judá, filho de José, filho de Jonã, filho de Eliaquim, 31filho de Meleá, filho de Mená, filho de Matatá, filho de Natã, filho de Davi, 32filho de Jessé, filho de Obede, filho de Boaz, filho de Salmom, filho de Naassom, 33filho de Aminadabe, filho de Ram, filho de Esrom, filho de Perez, filho de Judá, 34filho de Jacó, filho de Isaque, filho de Abraão, filho de Terá, filho de Naor, 35filho de Serugue, filho de Ragaú, filho de Faleque, filho de Éber, filho de Salá, 36filho de Cainã, filho de Arfaxade, filho de Sem, filho de Noé, filho de Lameque, 37filho de Matusalém, filho de Enoque, filho de Jared, filho de Maalaleel, filho de Cainã, 38filho de Enos, filho de Sete, filho de Adão, filho de Deus.

Em relação à textualidade da genealogia no Evangelho de Lucas, verifica-se que ela é constituída a partir do protótipo da sequência textual narrativa. Partindo-se do pressuposto teórico apresentado por Adam (2019), são necessários seis constituintes para que haja uma narrativa: sucessão de acontecimentos, unidade temática, predicado transformado, unidade de um processo, causalidade narrativa da colocação em intriga e uma avaliação final. A composição textual da sequência narrativa em Lucas apresenta essa constituição, conforme se observa a seguir.

Por certo, a escansão dos fatos na narrativa chama a atenção pelo fato de que, comparada ao Evangelho de Mateus, a genealogia em Lucas é configurada de forma invertida, ou seja, a raiz genealógica de Jesus se dá do fim para o começo, na medida em que o objeto de discurso, (Jesus Cristo) é identificado a partir da sua filiação. (filho de Cainã, filho de Arfaxade, filho de Sem, filho de Noé, filho de Lameque, filho de Matusalém, filho de Enoque, filho de Jared, filho de Maalaleel, filho de Cainã, filho de Enos, filho de Sete, filho de Adão, filho de Deus). A sucessão genealógica começa em Jesus (“filho de José”) e se encerra no próprio Deus (“filho de Deus”).

Uma vez que Jesus é identificado como aquele que é originado de Deus, ele e o povo são batizados (“todo o povo estava sendo batizado, também Jesus o foi”). Posteriormente, Jesus ora e recebe o Espírito (“e, enquanto ele estava orando, o céu se abriu e o Espírito Santo desceu sobre ele em forma corpórea, como pomba”), e, por fim, ouve uma frase declaratória de Deus, (“Tu és o meu Filho amado; em ti me agrado”). Tem-se então uma sucessão de acontecimentos a partir da qual Jesus, com aproximadamente 30 anos, inicia seu ministério público.

A sucessão de acontecimentos gera a unidade na narrativa. Assim, a situação inicial, que é a categorização de quem é Jesus (“o filho de José, filho de Eli, filho de Matate, filho de Levi, filho de Melqui, filho de Janai, filho de José, filho de Matatias, filho de Amós, filho de Naum, filho de Esli, filho de Nagai, filho de Maate, filho de Matatias, ...”) transforma-se pelo processo do batismo em situação final, quando é indicado o início do ministério de Jesus (“Jesus tinha cerca de trinta anos de idade quando começou seu ministério”).

A causalidade narrativa da colocação em intriga é observada quando Jesus é batizado e, assim, acontece uma identificação com o homem pecador. Embora não tenha caráter de intriga em outro contexto – levando-se em consideração que Jesus é Deus e não tem pecado, conforme se observa no contexto bíblico geral –, isso pode ser considerado um conflito narrativo, que desencadeia o restante da narração, a saber os seguintes fatos: a abertura do céu, a descida da pomba e a fala de Deus (“Tu és o meu Filho amado; em ti me agrado”). Esse encadeamento de fatos leva a uma transformação do sujeito Jesus Cristo: de filho de José para o filho amado de Deus, que em uma ação performática cumpre o seu ministério sacerdotal, conforme já previsto nas Escrituras Sagradas por diversos profetas.<sup>27</sup> Assim, o predicado é transformado, pois Jesus passa a desenvolver o seu ministério (“começou o ministério com cerca de 30 anos”).

A avaliação final presente na narrativa percebe-se pelo implícito, pois, ao dizer que o Espírito Santo desceu sobre Jesus em forma corpórea, como pomba, no versículo 22, Lucas então, de forma intertextual, conclui que Jesus era assim como os pombos, carinhoso, dócil e amável, uma vez que, na simbologia do Antigo Testamento, pombas eram simbolicamente importantes no sistema sacrificial<sup>28</sup>.

A voz de Deus e a presença do Espírito Santo em Jesus promovem um encontro entre as três entidades divinas que categoriza quem é Deus para todo o cânon bíblico: trino, Deus pai, Deus filho e Deus Espírito Santo. Assim, o objeto de discurso Jesus chega ao ápice na narrativa, uma vez que mostra que ele não é apenas o Filho de Deus, mas o próprio Deus, retomando-se a ideia central da Escritura Sagrada.

Ao longo da narrativa, percebe-se a presença de uma sequência descritiva que, nas palavras de Adam (2019), é uma porção, que não tem suficiência em si mesma, passando então a ser uma parte de um todo (a narrativa). Segundo o autor, “para inserir uma sequência descritiva em uma narração, é necessário operar uma redução de seu estatuto a *porção descritiva (morceau)*”.

<sup>27</sup> Isaías 49:1-26, Jeremias 31: 31-40, por exemplo.

<sup>28</sup> Conferir Gênesis 1:2; 8:8-12.

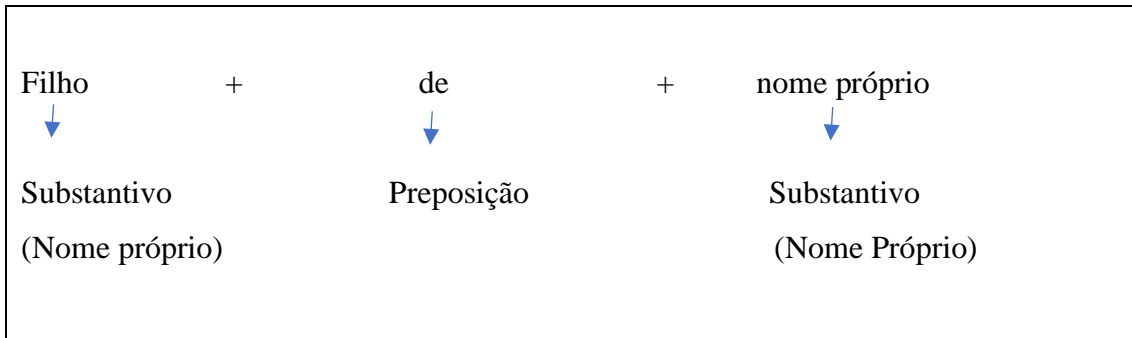
Assim, a sequência narrativa traz a porção descritiva a partir da segunda parte do versículo 23 (“Ele era, como se pensava, filho de José, filho de Eli, filho de Matate, filho de Levi, filho de Melqui, filho de Janai, filho de José, filho de Matatias, filho de Amós, filho de Naum, filho de Esli, filho de Nagai, filho de Maate, filho de Matatias, filho de Semei, ...”), indo até o final desse excerto. A sequência descritiva se dá por meio de apostos explicativos, que designam quem é o personagem anterior. Então, para designar, por exemplo, quem é José, utiliza-se a sequência descritiva “filho de Eli”. Para falar quem é Eli, a sequência descritiva “filho de Matate” e assim, sucessivamente.

Essa flutuação entre sequência descritiva e narrativa leva a uma categorização do referente Jesus de maneira diferente da que acontece em Mateus: no texto lucano a humanidade de Jesus se destaca, particularmente, a partir da sua associação com a “humanidade”. O excerto em questão se inicia com o batismo de Jesus, que acontece juntamente com o povo e se encerra com a declaração de que Jesus é o filho de Deus.

A humanidade de Jesus pode ser percebida também a partir da leitura global do Evangelho de Lucas, que mostra o envolvimento de Jesus com diversos grupos sociais, dentre os quais se destacam os samaritanos, os gentios, os publicanos, os pecadores, as mulheres, os pobres, entre outros. A partir da textualidade de Lucas, tem-se a categorização de Jesus como o Salvador dos perdidos, e a síntese dessa ideia é encontrada em Lucas 19:10 em que se lê o seguinte: “o Filho do Homem veio buscar e salvar o que se havia perdido”. Já o texto mateano, conforme já tratado, traz a categorização de um Rei Messiânico: Jesus é categorizado como Rei Messiânico dos judeus. Lucas traz a ideia de Salvação para os perdidos. Mateus, de salvação para os judeus.

A tese que a análise das sequências textuais demonstra, isto é, que Jesus é o salvador dos perdidos, é corroborada pela rede referencial que se configura da seguinte maneira: o referente é inserido no versículo 21 através do nome próprio “Jesus” e é retomado ao longo do discurso de modo anafórico, na medida em que os pronomes (“ele”), no versículo 21, e (“ele” e “tu”), no versículo 22 são inseridos e, assim, são mantidos na memória operacional do leitor. No versículo 23, o referente é reintroduzido por meio do nome próprio (“Jesus”) e é mantido por meio do nome próprio (“Jesus”), sendo retomado em uma nova anáfora, operada pelo pronome (“ele”).

A descrição genealógica é configurada pelo esquema morfossintático seguinte:



Toda essa descrição esquematizada acima está intimamente relacionada pela via referencial marcada pelo pronome “ele”. Assim, o Filho de Deus é o objeto de discurso batizado juntamente com o povo, no versículo 22.

Portanto, o protótipo de sequência narrativa e sequência descritiva, bem como o processo referencial discursivo, caracterizam Jesus de modo singular no Evangelho lucano, categorizando-o como o ser divino que se envolve com a humanidade nas suas mais variadas formas de ser.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações indicam que nas narrativas dos Evangelhos sinóticos a identidade do referente “Jesus Cristo”, construída a partir da cadeia referencial do texto, mediante processos textuais, é caracterizada, essencialmente, como: “Deus-homem supremo”. Fica construída, pois, a “boa nova” de que a divindade e a humanidade de Jesus transcendem o padrão da consciência humana quanto à concepção de Deus e da criação.

No geral o Evangelho mostra-se, ainda, como uma trama discursiva de texto antigo, com processos de textualização complexos que se caracterizam por veicular uma perspectiva cristológica na interação com o ouvinte. Assim, para além de um referente introduzido e mantido na cadeia referencial, Jesus é um objeto de discurso já categorizado como o Messias que veio redimir toda a criação.

O texto genealógico mateano evidencia uma particularidade de texto bíblico, que é a criação de um padrão de referenciação distinto do ocorrente nos gêneros do cotidiano. O padrão referencial “nome próprio (sujeito) / verbo no pretérito perfeito (gerou) / nome próprio (objeto)” opera efeitos de sentido que apontam o objeto do discurso como particular e único no universo discursivo. Sabe-se que os teóricos, de modo geral, ignoram o caráter significativo do nome próprio (MACHADO 2013), e isso corresponde, realmente, à natureza de um nome próprio, que é, no geral, um nome conferido por atribuição rotular pura e simples. Entretanto, nos Evangelhos, os autores notadamente sugerem que os nomes próprios podem ser meios de fixar significações, transpondo-as em termos de outras significações. Nesse sentido, o nome próprio “Jesus” é categorizado com grau máximo de identificação, particularizando-se no universo discursivo religioso como o único e verdadeiro ser divino.

Em uma leitura comparativa entre as genealogias registradas em Mateus e Lucas, percebem-se, afinal, padrões de textualidade distintos do comum dos textos, com a produção de efeitos de sentidos especiais, perceptíveis muito notadamente a partir da narrativa de Mateus, em que a história da humanidade culmina em Jesus e em Lucas, com a história da humanidade iniciada em Jesus Cristo.

Parece-nos, por um lado, que a unidade dos Evangelhos sinóticos consiste no fato de que a narrativa gira em torno do objeto de discurso “Jesus Cristo”. Por outro lado, a diversidade de recursos utilizados no processo de textualização dos diferentes Evangelhos e a atividade discursiva proposta em cada um deles indicam ao interlocutor que a identidade de Jesus é mais

do que a identificação biográfica de um personagem, é a referência àquele que eternamente será o Deus.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J-M. *Textos, tipos e protótipos*. São Paulo: Contexto, 2019.
- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (1995), *Construction de la référence et stratégies de désignation*. In: BERRENDONNER, Alain; REICHLER- BÉGUELIN, Marie-José (Org.). *Du Sintagme Nominal aux Objets de Discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995. p. 227-271.
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BENTES, A. C.; MORATO, E. M; KOCH, I. G. V. (orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. [1989]
- BÍBLIA SAGRADA. *Nova Versão Internacional*. Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.
- BLOMBERG, C. L. *A confiabilidade histórica dos Evangelhos*. São Paulo: Vida Nova, 2019.
- BRONCKART, J.-P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Educ, 1999. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas: (41): 75-89
- CARSON, D. A.; *Comentário de Mateus*. São Paulo Shedd Publicações. São Paulo, 2010
- TALBERT, C. H. *What is a Gospel? The Genre of the Canonical Gospels*, Philadelphia: Fortress, 1977
- COMFORT, Philip Wesley. *A origem da Bíblia*. Rio de Janeiro: CPAD, 1998. communication and freedom of access to knowledge and society. Tradução Provisória do 1º DELTA, 14: 169-190 (número especial), 1998.
- DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part 1: the structure of the clause. Berlim/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- EGGINS, S. *An Introduction to systemic functional linguistics*. 2ª ed. London: Continuum Estudos Linguísticos, Campinas: (30): 35-42, Jan./Jun. 1996. Fant, L. Estructura informativa en español – Estudio sintáctico y entonativo. Upsala Universited, 1984
- FARACO, C. A., *Linguagem & Diálogo. As ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009
- GIVÓN, T. *Syntax: A functional-typological introduction*. v. I. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1984.
- HALLIDAY, M. A. K. HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M; *An introduction to functional grammar*. 3ª. ed. London: Hodder Education an hachette uk company, 2004.

- KOCH & MARCUSCHI, L. A. *Processo de referenciação na produção discursiva*. DELTA, 14: 169-190 (número especial), 1998.
- KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Referenciação. In: JUBRAN, C. C. A. S; KOCH, I. G. V. (orgs). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 381-403, 2006.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando Segredos do Texto*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. [2002]
- KOCH, I. G. V. *A referenciação como construção sociocognitiva: o caso dos rótulos*. Belo Horizonte: Rev. Est. Ling., v.16, n.1, p. 201-213, 2008.
- KOCH, I. G. V. *As tramas do Texto*. São Paulo: Contexto, 2014.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. S. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Editora Contexto, 2016
- KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. S. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 3ª ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- LEONEL, João Cesário. *O Evangelho de Mateus*. São Paulo: Paulus, 2013
- MACHADO, A. M. *Recado do nome: leitura de Guimarães Rosa à luz do Nome de seus personagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- MARCUSCHI, L. A. *Atos de Referenciação na Interação Face a Face*. Campinas: Cad. Est. Ling., Jul/Dez 2001, p. 37-54.
- MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagens e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. Maria Adelaide Coelho e Maria de Fátima Aguiar). Lisboa: Gradiva, 1997.
- MARCUSCHI, L. A. *Linguística do texto: o que é como se faz*. Recife: UFPE, 1983.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. In DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Orgs. *Gêneros textuais e ensino*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005
- MATERA, F. J. *Cristologia narrativa do Novo Testamento*. Petrópolis: Vozes, 2003
- MEURER, J. L; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, (Org). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17- 52.
- MORATO, E.M.; KOCH, I.G.V; BENTES, A.C. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.



NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.

NEVES, M. H. M. Os pronomes. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil. Classes de palavras e construção*. v. 2. Campinas: Ed. da UNICAMP, p.507-616, 2008.

NEVES, *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NEVES, M. H. M. *Texto e Gramática*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. M. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

OSBORNE, G.R. *A espiral hermenêutica: uma nova abordagem à interpretação bíblica*. São Paulo, Vida Nova, 2009.

RONCARATI, C. *As cadeias do texto: construindo sentido*. São Paulo: Parábola, 2010.